Requerimento à Ouvidoria
Câmara Municipal de Belo Horizonte

GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:01466629622
Assinado de forma digital por GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:01466629622
Dados: 2026.11.06 10:20:53 -03'00'

Excelentíssimo Senhor Vereador Braulio Lara
Ouvidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte

Assunto: esclarecimentos da Presidência, acesso a documentos e balanço comparativo das gestões de 2023 e 2024 e de 2025 e 2026.

Belo Horizonte, 6 de novembro de 2026.

Senhor Ouvidor,

Eu, Gabriel Sousa Marques de Azevedo, portador da carteira de identidade nº MG-6.511.500 (SSP/Minas Gerais), inscrito no CPF sob o nº 014.666.296-22, residente e domiciliado na Rua dos Tupis, nº 225, apartamento 1201, Centro, CEP 30190-060, Belo Horizonte, Minas Gerais, apresento este requerimento na condição de cidadão, ex-presidente desta Câmara Municipal de Belo Horizonte no biênio 2023 e 2024 e presidente do Movimento Democrático Brasileiro em Belo Horizonte. A legenda tem representação nesta Câmara Municipal de Belo Horizonte por intermédio da vereadora Loíde Gonçalves.

Requeiro à Ouvidoria o registro, o processamento e o acompanhamento deste pedido, com encaminhamento dos esclarecimentos ao Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, vereador Juliano Lopes, e dos pedidos documentais à Ouvidoria Administrativa e às unidades responsáveis pela guarda das informações. Solicito que a resposta identifique as manifestações prestadas pelo Presidente e os registros fornecidos por cada unidade. Para comunicações, respostas e documentos, indico preferencialmente o e-mail contato@gabrielazevedo.com. Eventual entrega física deverá ser feita exclusivamente na sede do Movimento Democrático Brasileiro em Minas Gerais, na Rua Rodrigues Caldas, nº 456, bairro Santo Agostinho, CEP 30190-120, Belo Horizonte, Minas Gerais, aos meus cuidados, observadas as condições da seção Forma de atendimento. O endereço residencial consta apenas para qualificação e não deverá ser utilizado para essas entregas.

O requerimento abrange as referências à Câmara Municipal de Belo Horizonte no diálogo atribuído a Marcelo Aro e Daniel Vorcaro, a eleição e a sucessão da Mesa, a identidade dos vereadores citados, os processos de cassação descritos adiante e eventuais desdobramentos na atuação da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Abrange também, de forma autônoma, o balanço legislativo e administrativo de 2025 e 2026, com os registros necessários à comparação com 2023 e 2024. O comparativo incorpora as iniciativas descritas na publicação Câmara em Revista, de dezembro de 2024, e o acompanhamento da mobilidade urbana, com identificação das entregas, das pendências e dos documentos que permitam verificá-las.

As referências às mensagens se fundamentam nas reportagens públicas relacionadas no Anexo II, a partir da publicação de Thiago Herdy no Metrópoles em 5 de novembro de 2026, às 2h, e na cobertura consultada até 6 de novembro. As notícias relatam agradecimentos atribuídos a Aro, em 7 de outubro de 2024, por apoio ao seu projeto político, a menção a 15 vereadores e o objetivo de eleger o Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A Itatiaia reproduz mensagem de 2 de janeiro de 2025 na qual Aro inclui a Câmara Municipal de Belo Horizonte na disponibilidade oferecida a Vorcaro. O TEMPO noticia a eleição da Mesa e os agradecimentos correspondentes (notícias J01, J03 e J07).

As versões publicadas dos envolvidos também integram a fundamentação. Ao Metrópoles, Aro negou contribuição financeira de Vorcaro às candidaturas que apoiou e negou encontro com ele em 1º de outubro de 2024. Relacionou o agradecimento à participação em jantar e a texto padrão enviado aos convidados. Sobre a demanda tributária, Aro disse ter consultado o secretário de Fazenda; Luiz Cláudio Gomes confirmou o contato e negou alteração de fila ou fluxo. A Secretaria de Estado de Fazenda informou conclusão em abril de 2026, com pagamento dos impostos. Essas manifestações são registradas como declarações dos respectivos responsáveis, sem antecipar conclusão sobre os fatos (notícias J01, J04 e J08).

A notícia oficial da Câmara Municipal de Belo Horizonte de 1º de janeiro de 2025 registra a eleição do Presidente Juliano Lopes por 23 votos a 18, a presença de Aro e o agradecimento de Juliano pelo apoio político recebido de Aro. O mapa nominal confirma que os 23 votos incluem o voto de Juliano e os de outros 22 vereadores. Cabe esclarecer se há coincidência entre esses votantes e os 15 mencionados por Aro e, em caso positivo, quais nomes coincidem e qual foi a natureza do apoio atribuído a Vorcaro.

O requerimento se fundamenta no art. 5º, XXXIII e XXXIV, “a”, e no art. 37, caput, da Constituição da República; nos arts. 1º, 6º, 7º, 10, 11 e 14 da Lei Federal nº 12.527/2011; e na disciplina institucional da Ouvidoria, indicada no portal da Câmara Municipal de Belo Horizonte pela Deliberação nº 8/2025. Os esclarecimentos e as providências são requeridos pelo direito de petição; o acesso aos dados e documentos existentes, pela Lei de Acesso à Informação.

Presidência exercida em 2023 e 2024

Exerci a Presidência da Câmara Municipal de Belo Horizonte no biênio 2023 e 2024, após ser eleito em 12 de dezembro de 2022, por 21 votos a 20. O Presidente Juliano Lopes integrou a mesma chapa, votou nela e foi eleito 1º vice-presidente. Essa participação torna pertinente perguntar o que conhece sobre a articulação daquela eleição e distinguir seus antecedentes dos fatos descritos nas mensagens de 2024 e 2025.

Registro, como declaração pessoal sobre minha atuação, que minha gestão na Presidência transcorreu sem escândalos de corrupção. Nunca conheci Daniel Vorcaro nem estive com ele. Acompanhei a articulação eleitoral que me conduziu à Presidência em 12 de dezembro de 2022 e afirmo que não houve participação de Vorcaro nesse processo.

A experiência no cargo me permite conhecer a relevância das decisões presidenciais sobre pauta, administração, despesas e representação institucional. Por isso, solicito esclarecimentos sobre atos concretos e seus registros, respeitadas as competências do Plenário, da Mesa e das comissões.

Pedidos de cassação e registro noticiado de 4 de dezembro de 2023

Os documentos oficiais distinguem o protocolo do recebimento em Plenário. A Denúncia nº 3/2023, apresentada por Nely Aquino, foi protocolada em 28 de agosto e recebida em 4 de setembro de 2023. A Denúncia nº 5/2023, apresentada por Miltinho CGE, foi protocolada em 19 de setembro e recebida em 4 de dezembro de 2023. Na última data, o Presidente Juliano Lopes conduziu a reunião de recebimento da segunda denúncia, conforme notícia oficial da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

A reportagem da Itatiaia de 5 de novembro de 2026 situa em 4 de dezembro de 2023 o primeiro contato da sequência de mensagens que noticia e descreve pedido de reunião em São Paulo, seguido de agradecimento em 6 de dezembro. O TEMPO também noticia a aproximação em dezembro de 2023. A referência a 4 de dezembro coincide com o recebimento da segunda denúncia

contra mim. A coincidência de datas não demonstra relação causal entre os acontecimentos e motiva pedido de esclarecimento e documentação (notícias J03 e J07).

Na composição então vigente, o Presidente Juliano Lopes era o substituto regimental imediato da Presidência. Os arts. 37, § 1º, e 42 do Regimento Interno, na redação da Resolução nº 2.105/2023, previam que a vacância seria preenchida pelo substituto imediato até o fim do mandato. Uma eventual cassação definitiva de meu mandato, com consequente vacância, permitiria a sucessão por Juliano Lopes ainda no biênio 2023 e 2024. O recebimento de denúncia, por si só, não produzia esse resultado.

Balanço legislativo, continuidade administrativa e obras

O balanço institucional de 23 de dezembro de 2024 informou que a legislatura seguinte receberia 41 projetos de lei em tramitação. Esse registro confirma a referência a menos de 50 projetos ao encerramento dos trabalhos daquele ano. Solicito a relação que fundamentou o anúncio, a posição formal no encerramento do exercício e o destino individual dessas matérias, além das entradas e saídas posteriores.

Os balanços anuais publicados registram, em 2024, 184 projetos de lei apreciados pelo Plenário, 153 aprovados e 31 rejeitados; em 2025, 177 apreciados, 143 aprovados e 34 rejeitados. Informam ainda 108 projetos convertidos em leis em 2024 e 136 em 2025. Esses indicadores exigem critérios identificáveis: uma matéria pode receber mais de uma votação e ser aprovada em um exercício e convertida em lei no seguinte. O confronto solicitado considera essa distinção e a atuação conjunta da Presidência, dos parlamentares e das unidades técnicas.

Quanto à estrutura física, publicação institucional de 24 de janeiro de 2025 registra a entrega de intervenções na Ala A no primeiro semestre de 2024. Para a Ala B, a Concorrência Eletrônica nº 90002/2024 foi homologada em 12 de novembro de 2024, por R$ 8.789.892,74, para M Borges Engenharia Ltda., com intervenções no terceiro pavimento e instalações associadas. O relatório de prestação de contas do segundo quadrimestre de 2026 informa a decisão da administração de readequar o plano de obras. Cabe esclarecer a continuidade, as alterações, a execução e as entregas correspondentes, com base nos atos e contratos efetivos.

O objetivo é permitir que a população conheça o que foi recebido, o que avançou, o que foi alterado e o que permanece pendente. O balanço de 2026 será necessariamente parcial enquanto o exercício estiver em curso, com a data de corte e o estágio de cada informação expressamente identificados.

Revista de balanço e fiscalização do transporte coletivo

A publicação Câmara em Revista, nº 1, de dezembro de 2024, registra iniciativas legislativas, administrativas e de participação social do biênio 2023 e 2024. Suas páginas 25 a 28 tratam do transporte coletivo e identificam Juliano Lopes entre os integrantes da CPI Ônibus sem Qualidade. As recomendações da CPI, as leis aprovadas, as autorizações de despesa e os indicadores divulgados constituem pontos de partida para perguntar o que teve continuidade e quais resultados foram documentados em 2025 e 2026.

Em notícia institucional de 14 de fevereiro de 2025, Juliano Lopes apresentou a expectativa de que uma proposta para o novo contrato dos ônibus estivesse praticamente pronta em um ano a um ano e meio. A Comissão Especial de Estudo sobre os Contratos de Ônibus, vinculada ao Requerimento nº 16/2025, aprovou seu plano de trabalho em 25 de março de 2025. Solicita-se identificar os produtos

entregues no intervalo anunciado e os encaminhamentos ao Executivo, observadas as atribuições de cada órgão.

A leitura dos documentos oficiais das 17 reuniões numeradas de 22 a 38, previstas entre 5 de fevereiro e 27 de outubro de 2026, identificou seis reuniões realizadas e 11 registros de não ocorrência por falta de quórum. Nos 11 registros consta que nenhum parlamentar estava presente. Das seis reuniões realizadas, quatro tiveram duração registrada de um ou dois minutos e duas corresponderam a audiências públicas. Esse recorte é especificado nas referências documentais e motiva perguntas sobre funcionamento, providências e entregas, inclusive trabalhos desenvolvidos fora dessas reuniões.

Os indicadores da revista e das publicações posteriores serão examinados com seus próprios períodos e critérios. A revista informa conjuntamente veículos com ar-condicionado ou climatizador; autorizações de subsídio não demonstram pagamentos; propostas em tramitação não equivalem a leis vigentes. Solicita-se identificar a situação posterior de cada iniciativa e distinguir os resultados do serviço, administrado pelo Executivo, das ações legislativas e de fiscalização realizadas pela Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Objeto e período do requerimento

Para os fatos relacionados às mensagens, o período principal abrange 1º de janeiro de 2025 até a data da resposta, limitado a 31 de dezembro de 2026. Os antecedentes compreendem a eleição da Mesa de 12 de dezembro de 2022, as Denúncias nº 3/2023 e nº 5/2023, a sucessão da Presidência em 2023 e 2024, os registros de contatos de 4 a 6 de dezembro de 2023 descritos nas reportagens públicas e as tratativas de 2024 diretamente relacionadas à eleição da Mesa de 2025.

Para o balanço legislativo, a fiscalização das políticas públicas, a gestão orçamentária e administrativa e as obras, o período abrange os exercícios de 2023, 2024 e 2025 e o exercício de 2026 até a data disponível na resposta, limitado a 31 de dezembro de 2026. A posição de 31 de dezembro de 2022 é solicitada apenas como estoque inicial de comparação. Esses blocos abrangem a atividade geral da Câmara Municipal de Belo Horizonte e independem de vínculo com os interlocutores mencionados no diálogo.

Os itens ESCLARECIMENTO são dirigidos expressamente ao Presidente Juliano Lopes, no exercício do direito de petição, salvo os que identificam o Ouvidor Braulio Lara como destinatário. Solicito distinguir os fatos presenciados, as informações recebidas de terceiros e as posições institucionais. Os itens DOCUMENTO requerem acesso a dados e registros existentes, pela LAI, sob guarda das unidades competentes.

Nos pedidos relacionados às mensagens, “interlocutores identificados” designa Marcelo Aro, Daniel Vorcaro e pessoas cujos nomes constem dos registros localizados como representantes ou intermediários de um deles, com indicação do documento que fundamente essa identificação. Nos esclarecimentos, solicito identificar também intermediários de cuja atuação o Presidente Juliano Lopes tenha conhecimento, informando a fonte. Quanto a pessoas jurídicas, a busca alcança as identificadas nos expedientes como interessadas ou representadas, sem presumir vínculos por proximidade política ou pessoal.

Os pedidos documentais recaem sobre registros existentes; os pedidos de manifestação, acompanhamento e preservação abrangem as providências cabíveis após o recebimento. Inexistindo consolidação comparativa pronta, solicito os relatórios, bases, extratos e exportações disponíveis que permitam examinar os períodos e os atos indicados.

Nos quesitos de mobilidade, os pedidos documentais alcançam informações produzidas pela Câmara Municipal de Belo Horizonte ou recebidas do Executivo, das concessionárias e de outros órgãos e entidades, sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A Presidência deverá esclarecer sua própria atuação e os encaminhamentos de que tenha conhecimento. A ausência de documento no acervo da Câmara Municipal de Belo Horizonte deverá ser informada, com identificação do detentor conhecido e encaminhamento cabível; não se requer que a Ouvidoria realize auditoria nova da operação ou produza estudo técnico inexistente.

1 Apoio à eleição da Mesa

1. **Esclarecimento.** Tendo integrado, como candidato a 1º vice-presidente, a chapa eleita em 12 de dezembro de 2022, o Presidente Juliano Lopes tem conhecimento de participação de Daniel Vorcaro na articulação daquela eleição, de compromisso assumido perante ele ou de autorização para representar aquela chapa perante ele? Se conhece algum fato, identificar datas, documentos e participantes, distinguindo conhecimento próprio de relato de terceiros. Se não conhece participação dessa natureza, declarar expressamente.

2. **Esclarecimento.** Qual foi a participação concreta de Marcelo Aro na formação da candidatura de Juliano Lopes à Presidência, na composição da chapa e na obtenção de apoio para a eleição de 1º de janeiro de 2025? Identificar as tratativas conhecidas, seus participantes e os compromissos discutidos.

3. **Esclarecimento.** Que ações de Marcelo Aro foram objeto do agradecimento público do Presidente Juliano Lopes na ocasião da eleição? O Presidente Juliano Lopes tinha conhecimento de participação de Daniel Vorcaro nesse apoio? Em caso positivo, desde quando e por intermédio de quem?

4. **Esclarecimento.** Antes da eleição de 2025, o Presidente Juliano Lopes conhecia alguma promessa ou objetivo relativo à Câmara Municipal de Belo Horizonte apresentado por Marcelo Aro a Daniel Vorcaro, como noticiado por O TEMPO em 5 de novembro de 2026 a respeito da mensagem de janeiro de 2025? Participou, autorizou ou foi informado de conversa em que a eleição de Juliano Lopes fosse apresentada a Vorcaro como objetivo ou compromisso? Identificar o que sabe e a fonte desse conhecimento.

5. **Esclarecimento.** Considerando os agradecimentos noticiados e a negativa pública de Aro de contribuição financeira de Vorcaro às candidaturas que apoiou, o Presidente Juliano Lopes conhece a natureza de eventual apoio referido nas mensagens de outubro de 2024 e janeiro de 2025? Informar se envolveu articulação, bens, doações, recursos, serviços ou outra modalidade e, na extensão de seu conhecimento, quem o recebeu, quando e com qual finalidade. Se não conhece apoio dessa natureza, declarar expressamente.

6. **Esclarecimento.** Nas tratativas da eleição da Mesa, alguém apresentou compromisso, expectativa ou solicitação de contrapartida em razão de eventual apoio referido nas reportagens? Em caso positivo, identificar o conteúdo, os participantes e a resposta dada, inclusive se a solicitação foi recusada ou não produziu qualquer providência.

7. **Documento.** Fornecer os registros oficiais das eleições da Mesa de 12 de dezembro de 2022 e de 1º de janeiro de 2025, incluindo atas, chapas, gravações das sessões, proclamações dos resultados, requerimentos e votações nominais. Para conteúdo publicado, indicar a localização exata de cada registro, distinguindo os dois processos eleitorais.

8. **Documento.** Fornecer comunicações e documentos institucionais existentes sobre apoios, composição da chapa, compromissos ou reuniões relativos à eleição da Mesa que mencionem os interlocutores identificados, inclusive os antecedentes de 2024 diretamente relacionados ao objeto.

2 Autonomia e compromissos em nome da Câmara Municipal de Belo Horizonte

9. **Esclarecimento.** Marcelo Aro recebeu autorização do Presidente Juliano Lopes, da Mesa Diretora ou de algum órgão da Câmara Municipal de Belo Horizonte para incluir a instituição na disponibilidade oferecida a Daniel Vorcaro na mensagem de 2 de janeiro de 2025 reproduzida pela Itatiaia? Identificar quem autorizou, em que ocasião e com qual alcance. Se não conhece qualquer autorização, declarar expressamente.

10. **Esclarecimento.** Quando e por qual meio o Presidente Juliano Lopes tomou conhecimento dessa declaração? A mensagem foi apresentada, comentada ou discutida com o Presidente Juliano Lopes antes deste requerimento? Identificar as circunstâncias conhecidas.

11. **Esclarecimento.** A Câmara Municipal de Belo Horizonte, a Presidência ou a Mesa assumiu algum compromisso institucional com Daniel Vorcaro relacionado aos fatos descritos? Em caso positivo, qual compromisso, por quem, quando e com qual fundamento? Se nega a existência de compromisso de que tenha conhecimento, registrar essa posição de forma expressa.

12. **Esclarecimento.** Durante a Presidência exercida por Juliano Lopes, foi solicitado ato ou omissão da Câmara Municipal de Belo Horizonte como cumprimento de compromisso associado ao apoio referido por Aro? Identificar o pedido, o interlocutor, o órgão a que se dirigia e o tratamento que recebeu, inclusive quando a Presidência se opôs.

13. **Documento.** Fornecer eventuais atos, comunicações ou registros institucionais que tenham autorizado ou reconhecido a atuação de Marcelo Aro como porta-voz, interlocutor ou representante da Câmara Municipal de Belo Horizonte em assuntos relacionados a Daniel Vorcaro ou aos interesses identificados nos expedientes.

14. **Documento.** Fornecer manifestações existentes da Presidência, da Mesa ou de outros órgãos da Câmara Municipal de Belo Horizonte que confirmem, delimitem ou contestem a autorização ou os compromissos referidos nas perguntas anteriores, inclusive comunicações dirigidas a Marcelo Aro ou Daniel Vorcaro.

3 Balanço legislativo e tramitação

15. **Documento.** Fornecer os balanços e relatórios anuais, mensais e quadrimestrais existentes de produção legislativa de 2023, 2024, 2025 e 2026, com as bases que os sustentam. Identificar os quantitativos disponíveis de proposições protocoladas, apreciadas, aprovadas, rejeitadas, retiradas, arquivadas e convertidas em norma, distinguindo projetos de lei, projetos de resolução, propostas de emenda à Lei Orgânica e outras espécies já contabilizadas. Informar a data de corte de cada relatório.

16. **Documento.** Fornecer as relações ou exportações existentes das proposições protocoladas em cada exercício, com autoria, data, ementa, identificação, regime, situação e último andamento. Incluir os registros de desarquivamento e reapresentação, quando existentes, permitindo distinguir novas entradas, continuidade de matéria anterior e reapresentação após arquivamento. Para proposições aprovadas, fornecer as datas disponíveis de aprovação definitiva, autógrafo, sanção, promulgação e veto, inclusive quando essas etapas ocorreram em exercícios distintos.

17. **Documento.** Fornecer as instruções de contagem, memórias de cálculo, bases e eventuais retificações existentes dos indicadores divulgados nos balanços. Distinguir proposições únicas, votações por turno, decisões conclusivas em comissão e leis publicadas. Incluir os registros que permitam esclarecer a relação entre as 289 apreciações divulgadas no encerramento de 2024 e os 184 projetos de lei do balanço anual daquele exercício, bem como as respectivas quantidades de aprovações e rejeições.

18. **Documento.** Fornecer os inventários, extratos ou registros existentes do estoque de proposições em tramitação em 31 de dezembro de 2022, de 2023, de 2024 e de 2025, em 31 de agosto de 2026 e na data da resposta. Informar os critérios utilizados para considerar uma matéria ativa, suspensa, encerrada ou arquivada e os efeitos da mudança de legislatura. Se não houver fotografia histórica consolidada, fornecer os registros de movimentação disponíveis que permitam identificar as situações requeridas.

19. **Documento.** Fornecer a relação nominal dos 41 projetos de lei anunciados em 23 de dezembro de 2024 como remanescentes para a legislatura seguinte, com autoria, identificação e situação naquela data. Fornecer o histórico posterior de cada um, com os registros de aprovação, rejeição, retirada, arquivamento, desarquivamento, reapresentação ou continuidade da tramitação. Identificar os que permanecem pendentes e a etapa em que se encontram, segundo os sistemas e documentos da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

20. **Esclarecimento.** Como o Presidente Juliano Lopes explica a evolução do estoque recebido e a situação atual das matérias remanescentes de 2024? Quais causas identifica para a permanência de projetos aptos à deliberação sem votação e quais medidas adotou para tratar essas pendências? Indicar critérios de prioridade, decisões concretas e resultados verificáveis, respeitadas as competências das comissões e do Plenário. Esclarecer se o número atual de projetos de lei em tramitação aumentou ou diminuiu em relação ao saldo anunciado de 41, com indicação do recorte utilizado.

21. **Documento.** Para as proposições ainda em tramitação, fornecer os campos e registros existentes de distribuição, designação de relatoria, parecer, conclusão nas comissões, aptidão para inclusão em pauta e último andamento. Incluir os registros de adiamento, diligência, pedido de vista, retirada de pauta e suspensão. Fornecer as relações já disponíveis de matérias conclusas que aguardam deliberação, permitindo identificar desde quando cada uma se encontra nessa situação.

22. **Documento.** Fornecer os relatórios ou extratos existentes dos projetos do Executivo, dos vetos e das proposições com prazo ou regime especial de tramitação nos períodos comparados. Incluir as datas de recebimento, os prazos registrados, as decisões sobre urgência, os encaminhamentos e os resultados. Para os que permanecem pendentes, fornecer os registros que indiquem a fase atual e a providência aguardada.

23. **Documento.** Fornecer os registros e indicadores existentes de reuniões do Plenário e das comissões, discriminando as previstas, realizadas, canceladas ou encerradas por falta de quórum, as presenças, as pautas e as deliberações. Distinguir reuniões ordinárias, extraordinárias e especiais nos relatórios já disponíveis. Informar os critérios usados para contabilizar sessões, apreciações e matérias. Nos indicadores de proposições distintas, esclarecer como se evita dupla contagem por turnos ou órgãos; apresentar separadamente as quantidades de votações ou apreciações, conforme os registros existentes.

24. Esclarecimento. Quais indicadores o Presidente Juliano Lopes utiliza para avaliar o desempenho legislativo de sua gestão em comparação com 2023 e 2024? Considerando os balanços de 2024 e 2025 descritos neste requerimento, como explica as diferenças entre projetos apreciados, aprovados e convertidos em lei? Qual peso atribui ao estoque recebido, às novas entradas, à complexidade das matérias e às aprovações de um ano publicadas no seguinte? Identificar as bases das avaliações institucionais de produtividade e os limites dessas comparações.

4 Cassação e sucessão da Presidência em 2023 e 2024

25. Esclarecimento. Considerando a condição de Juliano Lopes como 1º vice-presidente e a regra de sucessão então vigente, o Presidente Juliano Lopes discutiu com Marcelo Aro, Daniel Vorcaro ou intermediário identificado a possibilidade de assumir a Presidência ainda em 2023 ou 2024, em decorrência de afastamento ou cassação de Gabriel Azevedo? Identificar as circunstâncias conhecidas, os interlocutores e o conteúdo das conversas, distinguindo substituição provisória de sucessão por vacância definitiva.

26. Esclarecimento. O Presidente Juliano Lopes manteve tratativas com Marcelo Aro ou intermediário identificado sobre a apresentação, o recebimento, a condução ou o julgamento das Denúncias nº 3/2023 e nº 5/2023? Informar, para cada processo, datas, participantes, pedidos e respostas, inclusive eventual orientação de voto ou articulação de vereadores e o encaminhamento que recebeu.

27. Esclarecimento. O Presidente Juliano Lopes tem conhecimento de participação, apoio ou compromisso de Daniel Vorcaro relacionado a esses processos de cassação ou à eventual sucessão da Presidência? Em caso afirmativo, esclarecer a natureza dessa atuação, as pessoas envolvidas, o período e a fonte do conhecimento, indicando eventual apoio em recursos ou serviços apenas se dele tiver ciência. Se desconhece participação, declarar expressamente.

28. Esclarecimento. O Presidente Juliano Lopes sabia do contato de Aro com Vorcaro em 4 de dezembro de 2023 e do pedido de reunião seguido de agradecimento em 6 de dezembro, conforme noticiado pela Itatiaia? Foi informado de algum encontro, de seu conteúdo ou solicitou que algum assunto fosse tratado? Sabe se houve discussão sobre os processos de cassação, a sucessão da Presidência ou interesses na Câmara Municipal de Belo Horizonte? Identificar o que sabe e sua fonte, sem presumir relação causal pela coincidência de datas.

29. Esclarecimento. Em tratativas de eventual assunção antecipada da Presidência pelo Presidente Juliano Lopes, houve discussão com os interlocutores identificados sobre administração, cargos, comissões, contratações, pautas ou recursos da Câmara Municipal de Belo Horizonte? Identificar os compromissos ou propostas conhecidos, quem os apresentou e a resposta dada, inclusive quando recusados.

30. Esclarecimento. Algum compromisso, interlocutor ou arranjo discutido durante os processos de cassação e a possibilidade de sucessão em 2023 e 2024 reapareceu na articulação da eleição da Mesa de 2025? Informar os fatos que conhece, seus participantes e os registros correspondentes, ou declarar desconhecimento dessa continuidade.

31. Documento. Fornecer os autos e registros oficiais das Denúncias nº 3/2023 e nº 5/2023, com atas, decisões, despachos, notificações, pareceres, protocolos, registros de votação nominal e documentos de encerramento. Identificar os atos praticados pelo Presidente Juliano Lopes como 1º vice-presidente ou condutor das sessões. Para autos publicados, indicar a localização exata dos documentos e dos registros audiovisuais.

32. Documento. Fornecer agendas, comunicações, mensagens e demais registros institucionais existentes, em 2023 e 2024, sobre os processos de cassação ou a eventual sucessão da Presidência que mencionem Aro, Vorcaro ou intermediário identificado. Incluir contatos sobre a preparação das sessões, orientação de votos, transição ou compromissos para eventual nova gestão, quando registrados.

33. Documento. Fornecer consultas, decisões, manifestações e pareceres existentes sobre a atuação do Presidente Juliano Lopes nesses processos e eventual discussão de impedimento, interesse na sucessão ou suspeição, inclusive manifestações da Procuradoria. O pedido solicita os registros dessa análise, sem pressupor que a condição de sucessor potencial configurasse impedimento jurídico.

5 Cidade e fiscalização das políticas públicas

34. Documento. Fornecer os relatórios, balanços e registros existentes de atuação legislativa e fiscalização em assistência social, educação, habitação, meio ambiente, mobilidade, saúde e segurança, além de outras áreas já classificadas pela Câmara Municipal de Belo Horizonte. Incluir as matérias destacadas como resultados de cada exercício, os problemas públicos a que se referem e os registros de acompanhamento disponíveis. A identificação temática poderá seguir as classificações existentes, sem elaboração de estudo de impacto novo.

35. Documento. Fornecer os registros e indicadores existentes de audiências públicas, visitas técnicas, convocações e pedidos de informação nos exercícios comparados. Distinguir requerimentos apresentados, aprovados, expedidos, respondidos e pendentes, conforme os campos disponíveis, com datas e destinatários. Incluir as respostas, cobranças posteriores e providências registradas quando houve ausência de resposta ou informação considerada insuficiente, permitindo verificar o resultado do trabalho de fiscalização.

36. Documento. Fornecer os relatórios finais e registros de encaminhamento das comissões parlamentares de inquérito e demais procedimentos de fiscalização concluídos em 2023 e 2024, acompanhados dos documentos de seguimento existentes em 2025 e 2026. Incluir respostas de órgãos destinatários, recomendações atendidas ou pendentes segundo os registros, novas diligências e decisões de encerramento. Identificar a unidade responsável pelo acompanhamento, quando houver designação.

37. Documento. Fornecer os relatórios, agendas de acompanhamento, pedidos de informação e respostas existentes sobre regulamentação e execução das leis destacadas nos balanços de 2023 a 2026. Incluir registros sobre o atendimento educacional especializado previsto na Lei nº 11.817/2025, originada do PL nº 944/2024, e sobre a aplicação das regras de iluminação e ventilação de ambientes previstas na Lei nº 11.814/2025, originada do PL nº 953/2024. Distinguir aprovação legislativa, publicação, regulamentação e informações recebidas sobre serviços ou providências efetivamente disponibilizados.

6 Comissões e fiscalização

38. Esclarecimento. Houve solicitação, indicação ou sugestão dos interlocutores identificados relativa à composição, à presidência ou à relatoria de comissão da Câmara Municipal de Belo Horizonte? Informar as ocorrências conhecidas, a atuação da Presidência e as decisões dos órgãos competentes.

39. Documento. Fornecer os registros dessas solicitações e os atos correspondentes de composição, designação ou substituição em comissões, com as datas e as autoridades responsáveis. A busca deve abranger os registros sob guarda das unidades competentes, ainda que a decisão não tenha cabido à Presidência.

40. Esclarecimento. Algum dos interlocutores identificados solicitou adiar, limitar, retirar, suspender ou encerrar audiência, convite, convocação, fiscalização, pedido de informação ou apuração no âmbito da Câmara Municipal de Belo Horizonte? Identificar cada ocorrência conhecida e a resposta dada.

41. Documento. Fornecer comunicações, despachos e decisões sobre solicitações desses interlocutores relativas a audiências, diligências, fiscalizações, pareceres, prazos ou reuniões de comissões, inclusive nos casos em que o pedido foi recusado ou não alterou o andamento.

42. Documento. Nos atos identificados pelas respostas a este requerimento, fornecer manifestações existentes da Controladoria, da Procuradoria e das unidades técnicas, acompanhadas das decisões que acolheram ou afastaram suas recomendações e das justificativas registradas.

43. Esclarecimento. A Presidência recebeu reclamação ou relato de vereador, servidor ou unidade técnica de que uma atuação de fiscalização estivesse sendo condicionada por pedido de Aro, Vorcaro ou intermediário identificado? O que foi relatado e que providências foram adotadas, preservada a identidade legalmente protegida de eventual denunciante?

7 Continuidade das iniciativas registradas no balanço

44. Documento. Quais registros de 2023 a 2026 permitem acompanhar as ideias recebidas pelo Banco de Ideias e, separadamente, as sugestões legislativas formalmente apresentadas à Câmara Municipal de Belo Horizonte, descritas nas páginas 64 a 66 da revista? Quantas entradas, encaminhamentos, respostas e conversões em proposição constam dos controles existentes, com seus respectivos identificadores e situações? Qual foi o andamento posterior da sugestão de Tarifa Zero apresentada pelo Instituto Nossa BH, mencionada na publicação? Podem ser fornecidos os registros de tramitação, pareceres e respostas aos participantes, com resguardo dos dados pessoais que não sejam necessários ao acompanhamento público?

45. Documento. Quais documentos demonstram a continuidade, a atualização e a utilização da plataforma BH pra Você, lançada em 12 de dezembro de 2023 e descrita na página 17 da revista? Quais bases, indicadores por regional e datas de atualização estão registrados em 2025 e 2026? Quais instrumentos disciplinam a participação da Fundação Dom Cabral, a manutenção, os custos e a responsabilidade pelos dados? Existem relatórios de acesso, períodos de indisponibilidade, alterações de funcionalidades ou decisões de substituição ou encerramento, e podem esses registros ser apresentados?

46. Documento. Quais atos de designação e de eventual substituição, atas e planos de trabalho do conselho curador da Câmara Cultural foram produzidos no biênio 2025 e 2026, em continuidade à iniciativa descrita na página 73 da revista? Quais eventos, exposições, atividades com escolas e outras ações foram aprovados e efetivamente realizados em cada exercício de 2023 a 2026, segundo as agendas e os relatórios existentes? Quais registros permitem conhecer público atendido, critérios de seleção, custos, parcerias, cancelamentos e acesso às dependências da Câmara Municipal de Belo Horizonte?

47. Documento. Quais registros permitem acompanhar as 91 vagas do concurso descrito nas páginas 84 a 86 da revista, desde a oferta e a convocação até a nomeação, a posse, o exercício e a lotação? A publicação menciona 90 posses e apresenta perfil de 89 servidores que entraram em exercício após a primeira convocação; quais datas e universos explicam cada informação? Quantas vagas foram preenchidas ou permaneceram desocupadas, quais novas convocações ocorreram em 2025 e 2026 e em quais unidades os servidores foram lotados? Podem ser fornecidos os demonstrativos existentes de pessoal, vacâncias e resultados administrativos associados ao reforço das equipes, sem elaboração de estudo de impacto novo?

48. Documento. Quais registros sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte permitem acompanhar a execução das emendas impositivas de 2023 a 2026, em continuidade ao balanço das páginas 40 a 43 da revista? Para cada emenda, quais valores, objetos, unidades executoras, impedimentos técnicos, remanejamentos, empenhos, liquidações, pagamentos e entregas constam dos sistemas ou das informações recebidas do Executivo? Quais pedidos de informação, respostas e cobranças posteriores foram realizados pela Câmara Municipal de Belo Horizonte? Podem ser identificadas, nos registros disponíveis, as emendas de exercícios anteriores que continuaram pendentes em 2025 e 2026 e as providências comunicadas para sua execução?

49. Documento. Quais documentos e relatórios permitem comparar o funcionamento do Refeitório Popular João Bosco Murta Lages, reaberto em 1º de fevereiro de 2023 e descrito nas páginas 77 e 78 da revista, nos exercícios de 2023 a 2026? Quais quantitativos mensais de refeições efetivamente servidas, dias de atendimento, gratuidades e preços foram registrados, distinguindo capacidade instalada de atendimento realizado? Quais convênios, obrigações de cada parceiro, custos e registros de interrupções ou mudanças de funcionamento estão sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte? Que providências de acompanhamento da Presidência constam desses expedientes?

8 Contratações e relações financeiras

50. Esclarecimento. Algum dos interlocutores identificados apresentou, recomendou ou solicitou a contratação de empresa, entidade ou pessoa pela Câmara Municipal de Belo Horizonte? Identificar as ocorrências conhecidas, seus objetos e encaminhamentos, inclusive quando não houve contratação.

51. Documento. Fornecer comunicações e registros de recomendações desses interlocutores relativas a fornecedores, objetos de contratação, procedimentos de seleção, execução contratual ou pagamentos, com indicação do processo administrativo correspondente, quando existente.

52. Documento. Para as contratações identificadas na resposta anterior, fornecer os processos e documentos existentes, incluindo aditivos, contratos, decisões, estudos, justificativas, pagamentos, pareceres, pesquisas de preços, propostas e registros de fiscalização contratual.

53. Esclarecimento. Houve indicação, recomendação ou solicitação dos interlocutores identificados sobre instituição financeira, conta, aplicação, operação ou serviço financeiro utilizado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte, inclusive gestão da folha ou consignações? Identificar o objeto, quem decidiu e a providência adotada.

54. Documento. Fornecer os atos, contratos, pareceres e registros de execução relativos às recomendações financeiras identificadas, com datas, instituições, objetos e valores públicos. Resguardar dados de autenticação e outros campos cuja restrição seja especificamente fundamentada.

55. Documento. Fornecer os demonstrativos, relações ou exportações já existentes das instituições financeiras utilizadas pela Câmara Municipal de Belo Horizonte no período principal e das aplicações de recursos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, com os campos disponíveis de data, instituição, modalidade, saldo e valor aplicado ou resgatado. O pedido admite os demonstrativos periódicos existentes, sem elaboração de análise nova.

56. Esclarecimento. Os interlocutores identificados formularam pedido à Presidência sobre despesas da própria Câmara Municipal de Belo Horizonte, orçamento da Câmara Municipal de Belo Horizonte, devolução de recursos ou transferência financeira ao Executivo? Informar o objeto, os valores conhecidos, a decisão e o fundamento registrado, quando houve atuação.

9 Estrutura administrativa e nomeações

57. Esclarecimento. Marcelo Aro, Daniel Vorcaro ou intermediário identificado indicou pessoas para cargos, funções ou atividades na Presidência, na Mesa ou na estrutura administrativa da Câmara Municipal de Belo Horizonte? Informar as indicações conhecidas, quem as recebeu e seu resultado, inclusive quando não houve nomeação.

58. Documento. Fornecer os registros institucionais dessas indicações e, quando acolhidas, os atos de designação, exoneração, lotação ou nomeação, as atribuições funcionais e os dados de remuneração legalmente públicos. A relação com o interlocutor deverá decorrer de registro, sem inferência a partir de filiação partidária.

59. Esclarecimento. A distribuição de cargos, funções, recursos ou espaços administrativos foi discutida com os interlocutores identificados como parte da composição de apoios à Presidência ou da manutenção do grupo mencionado por Aro? Identificar o que foi discutido, os participantes e as decisões conhecidas.

60. Documento. Fornecer comunicações, estudos e atos de alteração da estrutura administrativa, de cessão de servidores ou de distribuição de funções que registrem solicitação ou participação dos interlocutores identificados no período principal.

61. Esclarecimento. Algum servidor, assessor ou unidade da Câmara Municipal de Belo Horizonte recebeu determinação da Presidência para prestar atendimento excepcional ou prioritário a demanda dos interlocutores identificados? Em caso positivo, identificar a atividade, o procedimento aplicável, a autorização, os responsáveis e a finalidade pública registrada, inclusive eventual prestação de serviço em benefício de pessoa ou entidade externa.

10 Gestão orçamentária e resultados administrativos

62. Documento. Fornecer os balanços, demonstrativos e bases existentes de 2023, 2024, 2025 e 2026, com discriminação de orçamento inicial e atualizado, duodécimos recebidos, despesas empenhadas, liquidadas e pagas, restos a pagar, cancelamentos, transferências previdenciárias e valores devolvidos ao Executivo. Preservar a identificação do exercício, da competência e do período acumulado. Incluir os registros das mudanças de responsabilidade ou de classificação contábil, especialmente quanto ao Fundo Financeiro (Fufin).

63. Documento. Fornecer os comprovantes, as memórias de cálculo e os relatórios existentes que sustentam os anúncios de economia e devolução de recursos nos exercícios comparados. Distinguir redução de dotação, remanejamento, devolução financeira efetiva, cancelamento de obrigações, saldo comprometido e cobertura de encargos previdenciários. Incluir a composição do anúncio de R$ 138 milhões em dezembro de 2025 e os registros que o conciliem com a sobra de R$ 85.811.620,46 indicada no relatório final daquele exercício, com as respectivas datas de corte.

64. Esclarecimento. Como o Presidente Juliano Lopes distingue, no balanço de sua gestão, economia efetiva, assunção de novos encargos e recursos não executados porque uma contratação ou entrega ficou pendente? Quais valores divulgados como devolução correspondem a transferência livre ao Tesouro e quais representam cobertura previdenciária ou outro destino vinculado? Explicar o tratamento dado aos investimentos não executados e os critérios adotados para comparar 2025 e 2026 com 2023 e 2024, indicando os registros que sustentam a apresentação dos resultados.

65. Documento. Fornecer os planos, balanços e relatórios de monitoramento existentes do Planejamento Estratégico da Câmara Municipal de Belo Horizonte, PLANES, para os ciclos de 2023 e 2024 e de 2025 e 2026. Incluir metas, indicadores, responsáveis, prazos, custos e resultados já registrados, além das decisões de alteração ou encerramento de iniciativas. Abranger, conforme as frentes existentes, atendimento ao cidadão, concurso e gestão de pessoal, formação para cidadania, processos eletrônicos, tecnologia da informação e transparência.

66. Documento. Fornecer a memória de cálculo e os registros de custos que sustentaram a economia anual de R$ 8 milhões divulgada pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em razão da migração da plataforma Oracle para PostgreSQL, bem como o acompanhamento existente em 2025 e 2026. Incluir os custos disponíveis de implantação, infraestrutura, licenciamento, pessoal e suporte, os contratos encerrados ou mantidos e os indicadores usados para verificar a continuidade dos benefícios anunciados.

67. Esclarecimento. Quais iniciativas recebidas do ciclo de 2023 e 2024 o Presidente Juliano Lopes decidiu manter, ampliar, rever ou encerrar? Identificar as decisões de sua competência, os fundamentos técnicos ou administrativos, os efeitos registrados sobre custo e atendimento e as metas de 2025 e 2026 efetivamente alcançadas. Quanto às metas não concluídas, esclarecer os obstáculos, os responsáveis pelas providências remanescentes e os prazos aprovados, distinguindo planejamento futuro de entrega disponível ao cidadão ou à Câmara Municipal de Belo Horizonte.

11 Identificação dos vereadores mencionados

68. Esclarecimento. O Presidente Juliano Lopes sabe quem são os 15 vereadores mencionados por Marcelo Aro na mensagem de 7 de outubro de 2024? Informar os nomes completos e a fonte desse conhecimento. Se conhece apenas parte dos nomes, identificar essa parte e declarar o limite de sua informação.

69. Esclarecimento. O mapa nominal de 1º de janeiro de 2025 registra 23 votos na chapa do Presidente Juliano Lopes, incluindo seu próprio voto e os de outros 22 vereadores. Segundo seu conhecimento, há coincidência entre esses votantes e os 15 mencionados por Aro? Em caso positivo, quais nomes coincidem? Os 15 estão todos entre os votantes na chapa, considerado também o próprio Presidente? Identificar a coincidência integral ou parcial, os nomes conhecidos e a fonte da informação; se desconhece a composição, declarar expressamente.

70. Esclarecimento. O Presidente Juliano Lopes se reconhece como integrante do grupo de 15 vereadores referido nas reportagens sobre a mensagem de Marcelo Aro de 7 de outubro de 2024? Em caso afirmativo, havia compromisso político comum de que tenha conhecimento? Informar a natureza, os participantes e a ocasião de eventual compromisso, sem equiparar apoio político a compromisso com Daniel Vorcaro.

71. Esclarecimento. O Presidente Juliano Lopes sabe se integrantes da Mesa Diretora ou presidentes de comissões pertenciam ao grupo de 15 mencionado por Aro? Identificar os nomes que conhece e explicar a origem dessa informação, sem presumir que todos os apoiadores da chapa integravam o mesmo grupo.

72. Esclarecimento. Esse grupo possuía coordenação, interlocução regular ou forma de deliberação de que o Presidente Juliano Lopes tivesse conhecimento? Quem exercia essas funções e como eram comunicadas à Presidência as posições do grupo? Houve compromisso desse grupo relacionado a Daniel Vorcaro de que o Presidente Juliano Lopes tenha ciência?

73. Esclarecimento. Na obtenção de votos de vereadores que, segundo seu conhecimento, não integravam o grupo de 15 mencionado por Aro, houve participação de Aro, Vorcaro ou intermediário identificado? Informar quem participou, com quais vereadores manteve interlocução, em que período e sobre quais compromissos, distinguindo conhecimento próprio de informação recebida de terceiros.

74. Documento. Fornecer documentos institucionais existentes que identifiquem o grupo mencionado ou o relacionem à formação da chapa, a blocos, comissões, funções da Mesa ou lideranças. Fornecer também os registros oficiais disponíveis de composição dos blocos e lideranças no período, sem equiparar automaticamente essas estruturas aos 15 vereadores citados.

12 Interlocução com o Executivo e demandas administrativas

75. Esclarecimento. O Presidente Juliano Lopes, algum integrante da Mesa ou agente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, no exercício de suas funções, encaminhou ou acompanhou demanda de Daniel Vorcaro perante órgão estadual ou municipal, por solicitação de Marcelo Aro ou de intermediário identificado? Informar as ocorrências conhecidas, os destinatários, as providências e os resultados.

76. Documento. Fornecer comunicações, ofícios, registros de atendimento e respostas sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte relativos ao encaminhamento dessas demandas a outros órgãos, com datas, identificação funcional dos agentes e números dos expedientes, quando existentes.

77. Esclarecimento. Houve proposta, apresentada à Presidência pelos interlocutores identificados, de relacionar apoio à Mesa, composição de órgãos ou deliberação de matéria ao atendimento de demanda pelos governos estadual ou municipal? Informar o que foi proposto, por quem e qual foi a resposta da Presidência.

78. Documento. Fornecer documentos institucionais existentes que registrem negociações ou compromissos dessa natureza, inclusive pedidos de destinação de recursos, execução de serviços ou realização de providências pelo Executivo vinculados, nos próprios registros, à atuação da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

79. Esclarecimento. O Presidente Juliano Lopes conhece a demanda de Daniel Vorcaro perante a Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais noticiada em 5 de novembro de 2026, relacionada, segundo as manifestações públicas de Aro e do governo, à tributação de partilha de bens? Tem conhecimento de participação de vereador ou servidor da Câmara Municipal de Belo Horizonte no encaminhamento, acompanhamento ou cobrança dessa demanda? Identificar o que sabe e sua fonte, sem pressupor irregularidade ou intervenção da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

80. Documento. Fornecer os registros sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte que identifiquem ou mencionem a demanda descrita no quesito anterior, inclusive eventual número de protocolo ou processo, comunicações, encaminhamentos e respostas. Distinguir o que consta do acervo institucional das informações veiculadas na imprensa. Caso não haja registro localizado ou participação institucional conhecida, informar expressamente, sem exigir o acesso a autos tributários que não estejam sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

13 Matérias, pautas e votações

81. Esclarecimento. Quais proposições apreciadas, em tramitação ou não submetidas a votação foram objeto de pedido, orientação ou sugestão de Marcelo Aro, Daniel Vorcaro ou intermediário identificado de que o Presidente Juliano Lopes tenha conhecimento? Para cada ocorrência, indicar a matéria, o pedido, o interlocutor, a providência da Presidência e o resultado, inclusive quando a solicitação foi recusada.

82. Documento. Fornecer o espelho, a relação ou a exportação já disponível das proposições apreciadas pelo Plenário no período principal, com os campos existentes de autoria, datas de deliberação, ementa, identificação, regime de tramitação e resultado. Incluir a referência aos registros de votação nominal, quando disponíveis. Aceitam-se consultas e exportações existentes, sem classificação nova sobre “influência”.

83. Documento. Fornecer comunicações, emendas, justificativas, minutas, pareceres, projetos e substitutivos encaminhados à Câmara Municipal de Belo Horizonte pelos interlocutores identificados ou por pessoa expressamente indicada como sua representante, relativos a matérias legislativas. Preservar a identificação do remetente, a data de recebimento e o destino dado ao material, quando registrados.

84. Esclarecimento. Houve pedido desses interlocutores para adiar votação, impedir inclusão em pauta, promover arquivamento, retirar proposição, suspender tramitação ou alterar o tratamento de veto? Identificar as matérias, quem recebeu a solicitação e as decisões correspondentes, inclusive quando o andamento permaneceu inalterado.

85. Documento. Para as matérias identificadas, fornecer despachos, pautas e suas versões disponíveis, registros de alteração de pauta, registros de tramitação e solicitações de adiamento, arquivamento, inclusão, preferência ou retirada. Incluir os documentos que permitam verificar a sequência entre pedido, decisão e deliberação.

86. Esclarecimento. Houve pedido dos interlocutores identificados para convocação extraordinária, dispensa de exigência procedimental, inversão de pauta, preferência, prioridade ou urgência? Informar as matérias, as razões apresentadas e o tratamento dado pela Presidência e pelos demais órgãos competentes.

87. Documento. Fornecer as solicitações e decisões correspondentes, com os fundamentos regimentais registrados e as manifestações técnicas existentes, inclusive nos casos em que o pedido foi considerado inviável, indeferido ou parcialmente acolhido.

88. Esclarecimento. Marcelo Aro transmitiu à Presidência orientação de voto ou pedido de articulação de vereadores sobre alguma matéria? O Presidente Juliano Lopes encaminhou essa orientação, reuniu lideranças ou adotou providência para obter presença, quórum ou apoio? Identificar as ocorrências conhecidas e se a orientação foi apresentada como posição da Presidência, de grupo político ou de outro órgão.

89. Esclarecimento. Nas matérias orçamentárias, emendas e demais proposições, houve solicitação dos interlocutores identificados sobre destinação de recursos ou tratamento de interesse de pessoa ou entidade individualizada? Identificar a matéria, o interessado conhecido, o conteúdo da solicitação e a resposta, abrangendo, quando efetivamente relacionados ao pedido, assuntos financeiros, patrimoniais, tributários e urbanísticos.

90. Documento. Para as proposições identificadas nas respostas deste bloco, fornecer os respectivos processos legislativos ou sua localização exata, com emendas, pareceres, registros de reuniões e votações, textos apresentados e histórico de tramitação. Documentos já disponibilizados em outro item podem ser referenciados pelo mesmo identificador.

14 Mobilidade urbana e resultados do transporte coletivo

91. Documento. Quais atos instituíram, compuseram e disciplinaram o funcionamento da Comissão Especial de Estudo sobre os Contratos de Ônibus, do Requerimento nº 16/2025, e quais alterações ou prorrogações foram registradas? Podem ser fornecidos o requerimento de criação, os atos de designação de titulares e suplentes, a eleição de sua direção, o plano de trabalho aprovado em 25 de março de 2025, vinculado ao Requerimento de Comissão nº 970/2025, e os registros de apoio técnico, estrutura, recursos e prazos?

92. Documento. Quais convocações, pautas, atas, listas de presença, justificativas existentes, registros de não ocorrência e comunicações a titulares e suplentes documentam o funcionamento dessa comissão em 2025 e 2026? A Câmara Municipal de Belo Horizonte confirma, para as reuniões numeradas de 22 a 38, previstas entre 5 de fevereiro e 27 de outubro de 2026, seis reuniões realizadas e 11 não ocorridas por falta de quórum, constando nestes 11 registros de não ocorrência a indicação de nenhum parlamentar presente? Há retificações ou outros documentos que alterem essa leitura? Quais audiências, visitas técnicas, reuniões de trabalho e outras atividades ocorreram fora dessa série, e quais registros permitem identificar suas datas, participantes e resultados?

93. Esclarecimento. Considerando a expectativa anunciada em 14 de fevereiro de 2025 de uma proposta para o novo contrato dos ônibus praticamente pronta em um ano a um ano e meio, quais estudos, diagnósticos, minutas ou propostas o Presidente Juliano Lopes identifica como concluídos até fevereiro e até agosto de 2026? O que foi apresentado à população e encaminhado ao Executivo nesse intervalo? Quais etapas permanecem pendentes, quais razões foram comunicadas e qual cronograma atualizado foi aprovado ou anunciado? Que providências de sua competência adotou para acompanhar essas entregas?

94. Documento. Quais produtos técnicos da comissão de estudo foram efetivamente concluídos, discutidos, aprovados ou encaminhados desde sua instalação? Podem ser fornecidos os diagnósticos, estudos, propostas, versões de relatório, relatórios parciais e final, se existentes, com datas, autoria, situação e atas de deliberação? Quais ofícios documentam o envio de contribuições ao Executivo ou ao BNDES, quais comprovantes de recebimento existem e quais respostas indicam acolhimento, rejeição, incorporação ao trabalho de estruturação ou necessidade de complementação?

95. Esclarecimento. Como o Presidente Juliano Lopes avalia os 11 registros de não ocorrência por falta de quórum em 2026, incluindo os cinco registros numerados posteriores à audiência de 28 de julho, todos com indicação de nenhum parlamentar presente? Quando teve ciência dessa situação, quais justificativas recebeu e quais providências adotou ou solicitou aos órgãos competentes para favorecer o funcionamento da comissão? Como acompanhou a remarcação da audiência de Economia e Regulação dos Transportes, que não ocorreu em 24 de fevereiro nem em 31 de março e foi realizada em 19 de maio? Quais resultados adicionais identifica fora das reuniões registradas?

96. Documento. Quais documentos registram o encaminhamento, o recebimento, os prazos aplicáveis e as respostas aos pedidos de informação sobre o novo contrato de transporte e sobre o subsídio divulgados pela Câmara Municipal de Belo Horizonte em 22 e 23 de outubro de 2026? Podem ser fornecidos os requerimentos, as respostas já recebidas e os controles existentes de acompanhamento, inclusive os relacionados ao pedido anterior de maio sobre a estruturação do contrato? Quais providências constam dos autos para respostas incompletas ou para eventual prazo vencido, caso isso tenha ocorrido até a data da resposta?

97. Esclarecimento. Tendo integrado a CPI Ônibus sem Qualidade, conforme a página 26 da revista, quais recomendações daquele colegiado o Presidente Juliano Lopes acompanhou em 2025 e 2026? Quais encaminhamentos, cobranças e decisões de sua competência realizou sobre fiscalização da frota, transparência, qualidade do serviço e alternativas contratuais examinadas pela CPI? Que respostas recebeu, quais recomendações considera atendidas ou pendentes e em quais documentos se baseia? Quais recomendações endossou pessoalmente, se alguma, e quais registros documentam essa manifestação?

98. Documento. Quais registros de acompanhamento da Câmara Municipal de Belo Horizonte documentam a aplicação, a regulamentação ou a alteração das Leis nº 11.458/2023, nº 11.459/2023, nº 11.538/2023 e nº 11.642/2023 e da Lei nº 11.722/2024, tratadas na revista no contexto do transporte coletivo? Que pedidos de informação, respostas e providências posteriores abordam remuneração, bilhetagem, requisitos do serviço, independência entre operadores e canais de atendimento? Quanto ao canal da Sumob divulgado nos veículos, quais dados agregados recebidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte permitem distinguir reclamação apresentada, fiscalização realizada, resposta encaminhada e problema resolvido?

99. Documento. Quais demonstrativos, bases, relatórios e respostas sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte permitem comparar, em 2023, 2024, 2025 e 2026, os valores autorizados, empenhados, liquidados e pagos de subsídio e remuneração complementar do transporte coletivo? Quais receitas tarifárias, parâmetros de custo, gratuidades, critérios de validação de serviço, descontos e ajustes constam desses documentos? Os registros distinguem transporte convencional e suplementar, competência e data do pagamento, valores aprovados e valores efetivamente transferidos? Quais documentos sustentam as verificações realizadas pela Câmara Municipal de Belo Horizonte sobre a correspondência entre recursos públicos e serviço prestado?

100. Documento. Quais bases e relatórios recebidos ou produzidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte permitem comparar viagens e quilômetros programados, realizados, validados e remunerados em 2023 a 2026, com os recortes por linha, dia, faixa horária e regional já disponíveis? A referência a 24.395 viagens por dia útil na página 28 da revista corresponde a programação ou execução, em qual data e com qual metodologia? Quais séries equivalentes posteriores existem? Há registros sobre intervalos, lotação, viagens suprimidas, atendimento noturno e funcionamento aos fins de semana, e quais deles fundamentaram ações de fiscalização da Câmara Municipal de Belo Horizonte?

101. Documento. Quais inventários, relatórios ou respostas sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte permitem comparar a frota efetivamente em operação em 2023 a 2026, separando incorporações, retiradas, saldo de veículos, idade, acessibilidade e equipamentos em funcionamento? Como se relacionam os dados da revista, de 1.452 veículos, ou 60,5%, com ar-condicionado ou climatizador em março de 2023 e 2.052, ou 78%, em março de 2024, com os indicadores posteriores? Os documentos distinguem ar-condicionado de climatizador, equipamento instalado de equipamento funcionando e veículos adquiridos de aumento líquido da frota? Quais vistorias e respostas a reclamações permitem verificar a qualidade efetivamente oferecida aos usuários?

102. Documento. Quais registros de fiscalização recebidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte distinguem autuações, multas confirmadas, suspensas, canceladas e efetivamente recolhidas, descontos na remuneração e ressarcimentos, com datas, motivos e concessionárias? Quais demonstrativos explicam os resultados de fiscalização e de não repasse de remuneração divulgados pelo Executivo em agosto de 2026? Quais ocorrências reincidentes, medidas corretivas e verificações posteriores estão documentadas para linhas ou regiões com falhas reiteradas, inclusive Barreiro e Nordeste? Como os registros evitam contabilizar como recuperação financeira um valor apenas autuado, contestado ou ainda não pago?

103. Esclarecimento. Quais melhorias, pioras ou problemas persistentes do transporte coletivo o Presidente Juliano Lopes considera demonstrados por dados em 2025 e 2026, comparados com períodos equivalentes de 2023 e 2024? Quais linhas, regiões e grupos de usuários foram alcançados, e quais documentos sustentam essa avaliação? Que contribuição concreta atribui às leis, à fiscalização e às iniciativas da Câmara Municipal de Belo Horizonte em cada resultado? Quais medidas adotou quando os anúncios de renovação de frota, oferta de viagens ou qualidade não corresponderam às informações de reclamações e fiscalização de que teve conhecimento, se essa situação ocorreu?

104. Documento. Quais estudos, requerimentos, respostas e deliberações da Câmara Municipal de Belo Horizonte documentam a evolução da bilhetagem e das formas de pagamento em 2025 e 2026, inclusive acesso do poder público aos dados, conciliação da arrecadação e integração tarifária? Quais prazos, providências executadas e pendências foram informados à Câmara Municipal de Belo Horizonte? Quais documentos registram a verificação dos requisitos legais de independência entre operação do serviço e bilhetagem, com identificação das pessoas jurídicas e dos critérios empregados, resguardados os dados pessoais sem pertinência com o controle público?

105. Documento. Após a audiência de 17 de junho de 2025, em que a Houer explicou o trabalho de apuração das receitas de bilhetagem, quais relatórios, bases, conclusões e respostas foram recebidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte? Quais produtos previstos foram entregues, em quais datas e com quais divergências ou limitações registradas? Separadamente, quais estudos, auditorias ou verificações de custos das concessionárias estão sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte, quem os produziu e a quais períodos se referem? Que documentos permitem distinguir a verificação de receitas da apuração de despesas e da validação dos valores pagos pelo Município?

106. Esclarecimento. Que providências o Presidente Juliano Lopes adotou ou encaminhou a partir dos resultados técnicos recebidos sobre bilhetagem, receitas, custos e remuneração das concessionárias? Houve pedido de esclarecimento, revisão de parâmetro, correção de pagamento, cobrança de valor ou comunicação a órgão de controle? Em caso positivo, quais fatos motivaram cada medida, quem recebeu o encaminhamento e qual resultado foi informado? Quais questões técnicas permanecem sem esclarecimento segundo os documentos de que a Presidência dispõe?

107. Documento. Quais documentos registram a tramitação do PL nº 771/2023, mencionado como pendente na revista, sua aprovação, o veto integral e a manutenção do veto em 6 de maio de 2025, por 27 votos a 12? Podem ser fornecidos os pareceres, as razões de veto, a votação nominal e os estudos recebidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte sobre os veículos adquiridos com recursos públicos e sua destinação ao fim do contrato? Quais propostas posteriores, respostas do Executivo ou instrumentos contratuais recebidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte tratam da propriedade, da reversibilidade, da indenização e do aproveitamento desses bens?

108. Esclarecimento. Qual foi a posição do Presidente Juliano Lopes sobre o veto ao PL nº 771/2023 e quais providências de sua competência adotou após sua manutenção para acompanhar a proteção do investimento público na frota? Que garantias legais ou contratuais identifica para a destinação, a reversibilidade ou a compensação relativa aos veículos custeados com recursos municipais ao fim da concessão? Que informações solicitou sobre esse patrimônio e o que foi incorporado às contribuições da Câmara Municipal de Belo Horizonte para o novo contrato?

109. Documento. Quais documentos sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte permitem acompanhar as gratuidades previstas no ciclo de 2023 e 2024 e, separadamente, a execução do Catraca Livre e do Madrugão, anunciados em dezembro de 2025? Quais dados agregados registram início efetivo, público atendido, viagens, linhas, horários, cobertura territorial, custos, fontes de financiamento e critérios de validação? Quais atos orçamentários, comprovantes e respostas documentam a destinação dos recursos anunciados como provenientes da Câmara Municipal de Belo Horizonte e o acompanhamento de sua aplicação? Quais registros permitem comparar acesso e atendimento antes e depois das medidas, sem identificação individual dos usuários?

110. Documento. Quais atas, estudos, requerimentos e respostas registram as propostas de integração entre ônibus municipais, transporte metropolitano e metrô, inclusive a audiência da comissão de estudo de 28 de julho de 2026? Quais contribuições recebidas de usuários, trabalhadores e entidades foram encaminhadas aos responsáveis pela estruturação do novo contrato, e quais respostas existem? Quais documentos recebidos ou produzidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte identificam metas, responsáveis, custos, prazos e providências sobre integração física e tarifária, infraestrutura de prioridade ao transporte coletivo e atendimento entre regiões da cidade?

111. Documento. Quanto à aquisição de ônibus elétricos autorizada pela Lei nº 11.710/2024, originada do PL nº 914/2024, quais requerimentos, respostas e registros posteriores de acompanhamento estão sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte? Podem ser fornecidos o Requerimento de Comissão nº 3.325/2025, o Ofício Sumob/SMGO-DALE nº 616/2025, de 7 de agosto de 2025, e as atualizações sobre financiamento, cronograma, licitação, entrega, infraestrutura de recarga e início da operação? Considerando o anúncio do Executivo, de 4 de agosto de 2026, de homologação de licitações para 100 ônibus elétricos e 27 carregadores, quais documentos recebidos pela Câmara Municipal de Belo Horizonte demonstram a situação atual dos contratos, das entregas e dos veículos efetivamente em serviço?

112. Esclarecimento. Após a resposta de agosto de 2025 e o anúncio de homologação das licitações em agosto de 2026, quais providências o Presidente Juliano Lopes adotou ou encaminhou para acompanhar a entrega e a operação dos ônibus elétricos autorizados em 2024? Quais prazos foram informados à Câmara Municipal de Belo Horizonte, quais etapas foram concluídas e que justificativas e encaminhamentos existem para alterações de cronograma? Como a Presidência acompanha a execução das demais leis destacadas na revista e nos balanços de 2025 e 2026 e trata informações de falta de regulamentação ou implementação?

15 Obras e continuidade das intervenções

113. Documento. Fornecer o inventário e os documentos de transição existentes dos projetos, licitações, contratos e obras recebidos em 1º de janeiro de 2025, com identificação de ala, bloco, pavimento e objeto. Incluir a situação técnica e financeira registrada naquela data, as etapas previstas, os compromissos assumidos e os serviços pendentes. Fornecer também os registros atualizados dessas intervenções, permitindo acompanhar sua continuidade no biênio 2025 e 2026.

114. Documento. Quanto à Concorrência Eletrônica nº 90002/2024, homologada em 12 de novembro de 2024 para M Borges Engenharia Ltda., por R$ 8.789.892,74, fornecer o contrato, se celebrado, as ordens de início e os cronogramas aprovados. O objeto compreende a modernização parcial do terceiro pavimento da Ala B, a Central de Água Gelada e a cabine blindada de medição com obras de interligação. Identificar os gestores e fiscais designados e fornecer as decisões posteriores ao certame, inclusive caso não tenha havido contratação ou início da execução.

115. Documento. Fornecer, para as intervenções recebidas e as iniciadas em 2025 e 2026, os boletins de medição, relatórios de fiscalização, registros fotográficos incorporados aos processos e documentos de execução financeira. Discriminar, conforme os registros existentes, serviços contratados, executados, medidos, liquidados, pagos e recebidos, saldo contratual e etapas pendentes. Separar pagamentos do exercício e de restos a pagar, com identificação de contrato, etapa, data e dotação, especialmente na Ala B.

116. Documento. Fornecer aditivos, apostilamentos, ordens e decisões de alteração, prorrogação, reajuste, reequilíbrio, suspensão, rescisão ou retomada das intervenções identificadas, com as respectivas justificativas, manifestações técnicas e autorizações. Incluir os cronogramas originais e atualizados e os registros de eventual descumprimento contratual, notificação, penalidade ou medida corretiva. Se uma etapa não ocorreu no prazo previsto, fornecer os documentos que registrem o motivo e a providência adotada.

117. Esclarecimento. Quais decisões do Presidente Juliano Lopes compõem a readequação do plano de obras informada no relatório de prestação de contas do segundo quadrimestre de 2026? Quais intervenções foram mantidas, alteradas, canceladas ou postergadas, por quem e com qual justificativa? Esclarecer os efeitos sobre a Ala B e as instalações associadas, inclusive quanto a custo, prazo, acessibilidade, segurança e funcionamento dos setores. Se a revisão não modificou determinada contratação recebida de 2024, indicar expressamente essa circunstância.

118. Documento. Fornecer as versões existentes do plano de obras recebido, de sua readequação e dos atos de aprovação, com notas técnicas, estimativas e análises de alternativas disponíveis. Incluir os documentos dos DFDs 2026/147, relativo a retrofit, e 2026/148, relativo à subestação, constantes do planejamento de contratações de outubro de 2026. Fornecer os registros que delimitem sua relação com a Concorrência nº 90002/2024, identificando continuidade, etapas distintas ou substituição de escopo, quando documentadas.

119. Documento. Fornecer os termos de recebimento provisório e definitivo, vistorias, testes, registros de garantia e documentos de segurança e acessibilidade existentes para as obras das Alas A e B, conforme a etapa efetivamente alcançada. Quanto às intervenções entregues em 2024, incluir os registros posteriores de defeitos, ajustes, manutenção ou acionamento de garantia, se existentes, e as providências correspondentes. Distinguir obrigações do contrato original de novas necessidades identificadas pela administração.

120. Esclarecimento. Quais entregas físicas o Presidente Juliano Lopes recebeu em andamento, quais previu concluir em 2025 e 2026 e quais foram efetivamente disponibilizadas para uso? Para cada entrega ainda pendente de que tenha conhecimento, esclarecer a causa, o estágio atual, a providência necessária e o cronograma aprovado. Informar os efeitos conhecidos sobre a utilização dos espaços e os custos registrados de remanejamento ou acomodação provisória, quando houver, indicando os documentos que os sustentam.

16 Ouvidoria e acompanhamento do requerimento

121. Esclarecimento. Ao Ouvidor Braulio Lara: quais providências serão adotadas para acompanhar o encaminhamento deste requerimento, obter a manifestação do Presidente Juliano Lopes nos quesitos pessoais e institucionais a ele dirigidos e assegurar a resposta das unidades responsáveis pelos documentos? Solicito que eventuais respostas incompletas, divergências ou ausência de manifestação sejam identificadas por item e encaminhadas à autoridade competente para apreciação, nos limites das atribuições da Ouvidoria.

122. Documento. Fornecer o comprovante de protocolo e os registros de distribuição, encaminhamento e tramitação interna produzidos no atendimento deste requerimento, com identificação das unidades destinatárias, datas e prazos registrados. Na resposta, identificar as manifestações subscritas pelo Presidente Juliano Lopes, as prestadas pelo Ouvidor Braulio Lara e as informações técnicas ou documentais fornecidas pelas demais unidades, permitindo conhecer a origem e a responsabilidade por cada resposta.

17 Publicidade, comunicação e eventos

123. Esclarecimento. A Presidência recebeu solicitação dos interlocutores identificados para divulgar iniciativa, produzir conteúdo, promover evento ou realizar cobertura institucional? Informar o pedido, a finalidade pública invocada e a decisão, inclusive quando envolveu divulgação da imagem ou da atuação política de algum deles.

124. Documento. Fornecer comunicações, ordens de serviço e registros de produção, contratação ou pagamento correspondentes, com datas, finalidade, responsáveis e valores públicos. Incluir os materiais institucionais efetivamente produzidos ou a indicação de sua localização.

125. Esclarecimento. Houve solicitação dos interlocutores identificados para concessão de homenagem, realização de solenidade ou uso de dependências e equipamentos da Câmara Municipal de Belo Horizonte? Identificar os pedidos, as pessoas ou entidades contempladas, as autorizações e os recursos utilizados, conforme seu conhecimento.

126. Documento. Fornecer os expedientes existentes de homenagens, solenidades ou utilização de estrutura da Câmara Municipal de Belo Horizonte relacionados a essas solicitações, inclusive eventuais registros de apoio privado, cessão de bens, doações ou patrocínio e os atos de aceitação e destinação correspondentes.

127. Esclarecimento. Algum dos interlocutores identificados solicitou à Presidência ou à comunicação da Câmara Municipal de Belo Horizonte alteração, retirada ou não divulgação de conteúdo institucional relacionado aos fatos, às demandas ou aos atos objeto deste requerimento? Informar a solicitação, a decisão e sua justificativa, se ocorreu.

18 Respostas institucionais e apuração

128. Esclarecimento. Após tomar conhecimento da afirmação que inclui a Câmara Municipal de Belo Horizonte na disponibilidade oferecida a Vorcaro, o Presidente Juliano Lopes solicitou esclarecimentos a Marcelo Aro ou comunicou posição institucional à Mesa e aos vereadores? Identificar as providências, as datas e as respostas conhecidas.

129. Esclarecimento. Qual é a posição expressa da Presidência sobre a possibilidade de Aro assumir compromisso ou oferecer disponibilidade da Câmara Municipal de Belo Horizonte a terceiro? O Presidente Juliano Lopes reconhece alguma autorização ou compromisso no caso concreto, contesta sua existência ou informa desconhecer os fatos? Especificar a posição adotada e seu alcance.

130. Documento. Fornecer os procedimentos, determinações, manifestações e pareceres já existentes sobre as referências à Câmara Municipal de Belo Horizonte contidas no diálogo e seus possíveis desdobramentos administrativos ou legislativos, com identificação do objeto, da unidade responsável e da fase atual, na extensão divulgável.

131. Esclarecimento. A Presidência determinou, solicitou ou pretende submeter ao órgão competente verificação dos registros institucionais relacionados ao apoio e aos compromissos mencionados? Informar o objeto e a unidade responsável, se houver providência, ou esclarecer os fundamentos da posição adotada caso não seja realizada verificação.

132. Documento. Fornecer respostas institucionais já emitidas sobre esses fatos a cidadãos, órgãos de controle ou veículos de comunicação, bem como encaminhamentos à Controladoria, à Mesa e às unidades competentes. Podem ser ocultados dados pessoais sem relação com o conteúdo administrativo requerido.

19 Reuniões, acessos e representação institucional

133. Esclarecimento. Durante a Presidência exercida por Juliano Lopes, o Presidente manteve contatos com Daniel Vorcaro, diretamente ou por intermédio de Aro, sobre assuntos da Câmara Municipal de Belo Horizonte? Identificar datas, interlocutores, assuntos e encaminhamentos conhecidos. Informar também se conhece a pessoa referida como Argeo e identificada pela reportagem de O TEMPO de 5 de novembro de 2026 como Argeu Géo Filho, e se tem conhecimento de participação dessa pessoa em tratativas sobre a eleição da Mesa ou demandas à Câmara Municipal de Belo Horizonte.

134. Documento. Fornecer registros de agendas, audiências, encontros, reuniões e visitas dos interlocutores identificados à Presidência, à Mesa ou a unidades administrativas, com datas, locais, participantes, pautas e providências, quando registrados. Incluir encontros externos registrados como atividade institucional e os antecedentes de 2024 diretamente relacionados à eleição da Mesa.

135. Documento. Fornecer as comunicações administrativas correspondentes conservadas nos acervos institucionais ou incorporadas a expedientes, inclusive e-mails, mensagens, ofícios e registros de atendimento. O objeto compreende conteúdo administrativo sob guarda da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em qualquer suporte.

136. Documento. Fornecer os registros existentes de ingresso e de credenciamento dos interlocutores identificados para atendimento institucional na Câmara Municipal de Belo Horizonte, com data, unidade ou agente visitado e responsável pela autorização, quando disponíveis e divulgáveis. Resguardar campos de segurança sem pertinência com o objeto.

137. Documento. Fornecer registros de despesas da Presidência relacionados aos contatos e às providências identificados neste requerimento, com beneficiário, data, finalidade, valor e autorização, abrangendo, quando pertinentes, diárias, deslocamentos, eventos e serviços. Incluir prestações de contas existentes de viagens institucionais destinadas a esses contatos.

138. Esclarecimento. Em contatos relacionados à eleição da Mesa ou ao exercício da Presidência, houve custeio de evento, hospedagem, transporte ou outra despesa por Aro, Vorcaro ou intermediário identificado em benefício do Presidente Juliano Lopes ou de equipe da Câmara Municipal de Belo Horizonte? Informar as ocorrências conhecidas, a finalidade e eventual registro ou declaração institucional.

20 Transparência e preservação dos registros

139. Esclarecimento. Os interlocutores identificados receberam, por autorização ou com conhecimento da Presidência, acesso a documentos, informações, minutas ou sistemas da Câmara Municipal de Belo Horizonte ainda não disponíveis ao público? Identificar o objeto, a finalidade, quem autorizou e o fundamento administrativo, se houve acesso.

140. Documento. Fornecer os registros administrativos existentes de autorização, disponibilização ou transmissão dessas informações, com data, identificação funcional divulgável e unidade responsável. O pedido não abrange senhas, tokens ou outros dados de autenticação.

141. Documento. Fornecer as normas de registro e de guarda aplicáveis às agendas, comunicações administrativas e documentos da Presidência e da Mesa, bem como a política ou tabela de temporalidade pertinente aos registros solicitados.

142. Documento. Informar eventual eliminação, extravio ou transferência de registros relacionados ao objeto de que exista documentação, fornecendo os atos, termos ou registros correspondentes. Identificar o atual custodiante quando a informação tiver sido transferida.

143. Esclarecimento. Quais providências a Presidência adotou ou adotará, no âmbito de sua competência e das normas aplicáveis, para preservar a integridade dos registros institucionais pertinentes enquanto este requerimento estiver em tramitação? Solicito decisão expressa sobre esse pedido de preservação e acesso à determinação que vier a ser expedida.

144. Documento. Na resposta aos pedidos documentais, identificar as unidades e os acervos consultados e os critérios de localização efetivamente utilizados, especialmente quanto à Presidência, à Mesa e às unidades responsáveis pelos atos legislativos e administrativos. Em caso de ausência de resultado, informar quais registros não foram localizados.

Forma de atendimento

Atendimento por item. Solicito resposta com a numeração de cada quesito, identificação da autoridade ou unidade responsável e referência aos documentos fornecidos. Quanto aos esclarecimentos, distinguir desconhecimento pessoal, negativa da ocorrência e conhecimento parcial. Quanto aos documentos, distinguir ausência de registro localizado, ausência de guarda, informação já publicada e restrição de acesso. A inexistência de documento localizado não substitui manifestação sobre o conhecimento pessoal do Presidente, e o desconhecimento pessoal não substitui a busca nos acervos competentes.

Autonomia dos pedidos. Os quesitos são separáveis. Eventual controvérsia sobre a autenticidade das mensagens, ausência de informação ou objeção a um item deverá ser tratada especificamente, com continuidade do atendimento dos demais. Se algum esclarecimento for considerado estranho ao procedimento da LAI, solicito seu encaminhamento à Presidência como exercício do direito de petição, sem prejuízo dos pedidos documentais. A busca dos documentos descritos independe de reconhecimento pessoal da ocorrência pela Presidência, observados o período, os interlocutores e os objetos delimitados em cada bloco. Os pedidos de balanço legislativo, gestão, fiscalização e obras são autônomos e não dependem de demonstração de relação com Aro, Vorcaro ou os demais interlocutores.

Comparabilidade dos indicadores. Solicito indicar a unidade de contagem, a fonte, a data de extração e o período de cada informação. Distinguir estoque de fluxo, proposições de votações, aprovação de publicação de lei e requerimento aprovado de expediente enviado ou respondido. Para finanças e obras, distinguir previsão, contratação, execução, liquidação, pagamento e entrega. Os dados parciais de 2026 deverão ser identificados como tais; comparações diretas deverão usar períodos e critérios equivalentes. Não se exige recalcular séries inexistentes, devendo ser explicitadas as diferenças conhecidas de metodologia ou de responsabilidade administrativa. Para transporte, distinguir viagem programada de realizada, veículo incorporado de aumento líquido da frota, ar-condicionado de climatizador e autuação de multa recolhida ou desconto efetivado. Para os dados da revista, indicar o corte próprio de cada indicador e a eventual mudança de metodologia, evitando tratar julho de 2022 como parte do biênio 2023 e 2024.

Documentos e formatos. Manifesto expressamente minha anuência ao fornecimento, em formato digital, das informações armazenadas nesse formato, nos termos do art. 11, § 5º, da Lei Federal nº 12.527/2011. Solicito documentos e dados no formato em que já estejam disponíveis, preferencialmente pesquisável ou aberto quando existente, preservando os arquivos eletrônicos originais em vez de sua impressão e posterior digitalização. São aceitos cópias, espelhos, extratos, exportações usuais e relatórios preexistentes. O requerimento não exige a criação de classificação de matérias “influenciadas”, estudo de impacto, ranking de gestões ou reconstrução de conversa não registrada. Inexistindo quadro comparativo pronto, fornecer as bases disponíveis. Para informações publicadas, indicar processo, documento e localização exata, com orientação suficiente para acesso.

Entrega digital e uso de recursos públicos. Solicito o envio preferencial das comunicações, respostas e documentos para contato@gabrielazevedo.com. Para arquivos volumosos, admite-se envio fracionado por e-mail ou disponibilização por link comunicado nesse endereço, com identificação dos arquivos e dos quesitos atendidos e prazo suficiente para obtenção das cópias. A entrega digital facilita a organização e a análise das respostas, reduz o consumo de papel e evita despesas desnecessárias com impressão, reprodução e transporte, em atenção à proteção ambiental e à economicidade na utilização dos recursos da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Solicito que o volume da documentação, por si só, não motive a substituição dos arquivos digitais disponíveis por cópias impressas.

Entrega física excepcional e endereço de correspondência. Se algum documento exigir entrega física, solicito justificar a impossibilidade de fornecimento digital e comunicar previamente, pelo e-mail indicado, quais itens serão entregues e o respectivo volume, preservando o envio digital dos demais. Para essa hipótese, indico exclusivamente a sede do Movimento Democrático Brasileiro em Minas Gerais, na Rua Rodrigues Caldas, nº 456, bairro Santo Agostinho, CEP 30190-120, Belo Horizonte, Minas Gerais, aos cuidados de Gabriel Sousa Marques de Azevedo. O endereço residencial constante da qualificação não deverá ser utilizado para comunicações ou entregas referentes a este requerimento.

Encaminhamento interno. Solicito à Ouvidoria distribuição dos itens às unidades que detenham os registros, inclusive quando o ato seja de competência de comissão, gabinete ou outro órgão da Câmara Municipal de Belo Horizonte, com indicação do encaminhamento e atendimento da parcela já disponível. Peço ciência à Mesa Diretora e à Controladoria, nos limites de suas atribuições. Os esclarecimentos de conhecimento ou atuação de Juliano Lopes deverão ser encaminhados expressamente ao Presidente, com identificação de quem subscreve a manifestação correspondente.

Prazo e eventual negativa. Para os pedidos de acesso à informação, solicito atendimento imediato ou resposta em até 20 dias, admitida prorrogação por 10 dias mediante justificativa, nos termos da LAI. Para os esclarecimentos e providências apresentados por direito de petição, solicito informar a tramitação e o prazo aplicável, com manifestação concomitante sempre que possível. Eventual negativa de acesso deverá indicar razões concretas, fundamento legal, autoridade e prazo recursal, com fornecimento do inteiro teor da decisão. A entrega por blocos deverá observar os prazos aplicáveis e preservar o atendimento dos itens disponíveis.

Restrições de acesso. Havendo informação protegida, solicito acesso à parte divulgável mediante certidão, extrato ou cópia com ocultação pontual, conforme o art. 7º, § 2º, da LAI. Cada restrição deverá identificar o item ou trecho atingido, o fundamento legal e a impossibilidade específica de divulgação. Dados pessoais e elementos de segurança sem pertinência com o objeto podem ser resguardados, preservando-se os dados públicos necessários à compreensão dos atos.

Requeiro ao Ouvidor Braulio Lara o recebimento, a distribuição interna e o acompanhamento deste pedido, com manifestação do Presidente Juliano Lopes nos quesitos a ele dirigidos e atendimento individualizado dos pedidos documentais pelas unidades competentes.

GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:01466629622

Assinado de forma digital por GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:01466629622
Dados: 2026.11.06 20:01:20 -03'00'

_____

Gabriel Sousa Marques de Azevedo

Ex-presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte no biênio 2023 e 2024
Ex-vereador da Câmara Municipal de Belo Horizonte
Presidente do Movimento Democrático Brasileiro em Belo Horizonte

Anexo I Referências institucionais

As referências abaixo identificam os atos, as publicações e os registros públicos que fundamentam os antecedentes institucionais, os balanços e o acompanhamento das obras e da mobilidade. As fontes jornalísticas relativas às mensagens estão reunidas no Anexo II.

Referências institucionais e normativas

Fontes oficiais consultadas em 5 e 6 de novembro de 2026.

Câmara Municipal de Belo Horizonte. Professor Juliano Lopes é eleito presidente da Câmara de BH no biênio 2025-2026. Notícia institucional de 1º de janeiro de 2025. Registra o resultado de 23 votos a 18, a presença de Marcelo Aro e o agradecimento de Juliano pelo apoio político.

Câmara Municipal de Belo Horizonte. Página institucional da Ouvidoria e Relatório Anual de Atividades de Ouvidoria de 2025, publicado em março de 2026. Identificam Braulio Lara como Ouvidor e descrevem o encaminhamento dos pedidos de acesso a informações pela estrutura administrativa competente.

Câmara Municipal de Belo Horizonte. Quais são as atribuições de cada cargo da Mesa Diretora. Relaciona, entre as atribuições presidenciais, administração, autorização de despesas, definição de pauta e representação institucional.

Constituição da República, arts. 5º, XXXIII e XXXIV, “a”, e 37, caput. Lei Federal nº 12.527/2011, inclusive art. 11, § 5º, sobre fornecimento em formato digital com anuência do requerente. Deliberação nº 8/2025, indicada pela página institucional como disciplina da Ouvidoria da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Eleição de 2022 e sucessão da Presidência

Registros oficiais da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Gabriel é eleito para presidir a Câmara de BH no biênio 2023-2024. Notícia de 12 de dezembro de 2022. Registra a eleição por 21 votos a 20 e Juliano como 1º vice-presidente da mesma chapa. Documento Eleição da Mesa Diretora, biênio 2023-2024: inscrição da Chapa 2, página 3, e votação nominal, página 4.

Resolução nº 2.105, de 8 de março de 2023, publicada em 9 de março de 2023. Arts. 1º e 2º: alteração dos arts. 37, § 1º, e 42 do Regimento Interno, com sucessão pelo substituto regimental imediato em caso de vacância e substituição sucessiva pelos vice-presidentes em ausência ou impedimento.

Protocolos e recebimento das denúncias

Denúncias nº 3/2023 e nº 5/2023.

Ata da 36ª Reunião Extraordinária de 4 de dezembro de 2023, páginas impressas 787 e 788. Registra a presidência de Juliano e informa que a denúncia de Nely Aquino foi protocolada em 28 de agosto e recebida em 4 de setembro de 2023.

Parecer prévio da Denúncia nº 5/2023, de 19 de dezembro de 2023, página 1, itens 1 a 3. Registra o protocolo da denúncia de Miltinho CGE em 19 de setembro e o recebimento em 4 de dezembro de 2023. A notícia Maioria decide aceitar nova denúncia que pede quebra de decoro de Gabriel, de 4 de dezembro de 2023, identifica Juliano como condutor da reunião.

Votação nominal na eleição de 2025

Documento Eleição da Mesa Diretora, biênio 2025-2026, página 4, votação por chapas.

O registro nominal oficial assinala voto na Chapa 2 para Professor Juliano Lopes e para os seguintes 22 vereadores, aqui apresentados em ordem alfabética: Braulio Lara; Claudio do Mundo Novo; Diego Sanches; Dra. Michelly Siqueira; Fernanda Pereira Altoé; Flávia Borja; Janaina Cardoso; José Ferreira; Leonardo Ângelo da Itatiaia; Marilda Portela; Neném da Farmácia; Osvaldo Lopes; Pablo Almeida; Professora Marli; Rudson Paixão; Sargento Jalyson; Tileléo; Trópia; Uner Augusto; Vile; Wagner Ferreira; Wanderley Porto.

A relação identifica os votos na chapa vencedora. A identificação de quais desses vereadores integram os 15 citados por Aro é objeto de esclarecimento solicitado à Presidência.

Balanços legislativos e estoque recebido

Publicações institucionais da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Eficiência, transparência e inovação são comemoradas por presidente e secretária, de 23 de dezembro de 2024. Registra o saldo de 41 projetos de lei anunciado para a legislatura seguinte. A posição formal no encerramento do exercício e a relação das matérias são objeto deste pedido.

Balanço 2024, infográfico de projetos e pedidos de informação; Balanço 2025, infográfico de tramitação e produtividade. Registram, respectivamente, 184 e 177 PLs apreciados pelo Plenário, 153 e 143 aprovados, 31 e 34 rejeitados e 108 e 136 convertidos em leis. Os relatórios quadrimestrais de prestação de contas apresentam tabelas próprias de atividade legislativa, cuja metodologia também é solicitada.

Fiscalização e continuidade de políticas públicas

Processos legislativos e documentos de resposta a requerimentos.

PL nº 914/2024 e Lei nº 11.710/2024. Requerimento de Comissão nº 3.325/2025 e Ofício Sumob/SMGO-DALE nº 616/2025, de 7 de agosto de 2025. A resposta registra a situação então informada sobre a aquisição de ônibus elétricos e sua infraestrutura. O requerimento solicita o acompanhamento posterior e a informação atual disponível na Câmara Municipal de Belo Horizonte.

PL nº 944/2024 e Lei nº 11.817/2025, sobre atendimento educacional especializado; PL nº 953/2024 e Lei nº 11.814/2025, sobre regras de iluminação e ventilação de ambientes no Código de Edificações. As notícias institucionais de janeiro de 2025 identificam a passagem dessas matérias entre aprovação em 2024 e publicação da lei em 2025.

Obras, planejamento e continuidade administrativa

Atos e publicações oficiais de 2024, 2025 e 2026.

Modelo de gestão e incentivo à inovação são destaques da área administrativa, de 24 de janeiro de 2025. Registra entregas da Ala A no primeiro semestre de 2024, os ciclos do PLANES e a economia anunciada com a migração de banco de dados. A publicação Câmara em Revista, de dezembro de 2024, também apresenta o balanço administrativo do período.

Concorrência Eletrônica nº 90002/2024. Adjudicação e homologação de 12 de novembro de 2024, publicadas em 15 de novembro, em favor de M Borges Engenharia Ltda., pelo valor de R$ 8.789.892,74. O ato identifica o objeto da Ala B e instalações associadas. A conclusão do certame não equivale à conclusão física das intervenções.

Relatório completo de prestação de contas do segundo quadrimestre de 2026, página 18. Informa a readequação do plano de obras. Plano Anual de Contratações de 2026, matriz de novas contratações atualizada em outubro de 2026, página 7: DFDs 2026/147 e 2026/148, relativos a retrofit e subestação. O nexo técnico entre esses objetos e a contratação de 2024 é objeto de esclarecimento.

Prestação de contas e critérios financeiros

Relatórios completos de 2023, 2024 e 2025 e relatórios parciais de 2026.

Relatório de prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2025, página 22. Discrimina R$ 67.168.703,56 destinados ao Fufin e R$ 85.811.620,46 como sobra devolvida ao Tesouro. A notícia Câmara Municipal poupa e devolve R$ 138 milhões à Prefeitura de BH, de 15 de dezembro de 2025, reúne componentes e data de referência distintos. Solicita-se a documentação de conciliação.

Custos da Câmara de janeiro a abril de 2026 foram detalhados em audiência, de 29 de maio de 2026. Identifica a cobertura previdenciária assumida pela Câmara Municipal de Belo Horizonte como mudança relevante em relação aos exercícios até 2024. O pedido requer séries e registros que permitam separar devoluções, encargos, compromissos e investimentos efetivamente executados.

Câmara em Revista e indicadores do biênio 2023 e 2024

Câmara em Revista, nº 1, dezembro de 2024. Referências à paginação impressa da publicação institucional.

Páginas 25 a 28: CPI Ônibus sem Qualidade, composição do colegiado, recomendações, normas, viagens e frota. A página 26 identifica Juliano Lopes e Braulio Lara entre os integrantes. As Leis nº 11.458/2023 e nº 11.459/2023 são anteriores à instalação daquela CPI; sua menção no mesmo balanço não permite atribuí-las como resultado da investigação.

Página 28: referência a 24.395 viagens por dia útil, sem uniformização com a série posterior; informação de 1.452 veículos com ar-condicionado ou climatizador, correspondentes a 60,5%, em março de 2023, e de 2.052, ou 78%, em março de 2024. O comparativo de viagens usa também julho de 2022 como antecedente, fora do biênio 2023 e 2024. A quantidade de veículos climatizados reúne duas tecnologias e não atesta, por si só, o funcionamento de cada equipamento.

Página 17: plataforma BH pra Você. Páginas 40 a 43: emendas impositivas. Páginas 64 a 66: Banco de Ideias e sugestões legislativas, inclusive a proposta de Tarifa Zero. Página 73: Câmara Cultural e conselho curador. Páginas 77 e 78: Refeitório Popular, capacidade, refeições de 2023 e acumulado parcial de 2024. Páginas 84 a 86: concurso, vagas, posses e servidores em exercício, com universos distintos. Cada informação requer a identificação de sua própria data de corte.

Comissão de estudo e documentos de funcionamento

Requerimento nº 16/2025. Consulta aos documentos oficiais em 5 de novembro de 2026.

Para Juliano Lopes, contrato dos ônibus deve mudar da bilhetagem à garagem. Notícia institucional de 14 de fevereiro de 2025. Registra a expectativa do Presidente de uma proposta praticamente pronta em um ano a um ano e meio. Trata-se de previsão pública de trabalho, sem qualificá-la como prazo legal. Plano de trabalho aprovado em 25 de março de 2025, vinculado ao Requerimento de Comissão nº 970/2025.

Atas das reuniões realizadas em 2026: 22ª, de 5 de fevereiro, das 14h09 às 14h10; 24ª, de 24 de março, das 15h01 às 15h03; 27ª, de 7 de maio, das 9h03 às 9h05; 28ª, de 19 de maio, das 15h08 às 16h33; 32ª, de 21 de julho, das 15h05 às 15h07; e 33ª, de 28 de julho, das 15h10 às 17h25. As reuniões 28ª e 33ª registram audiências públicas; as outras quatro registram deliberações sobre a realização de audiências e outros atos descritos nas atas.

Registros de não ocorrência em 2026: 23ª, de 24 de fevereiro; 25ª, de 31 de março; 26ª, de 28 de abril; 29ª, de 26 de maio; 30ª, de 23 de junho; 31ª, de 30 de junho; 34ª, de 18 de agosto; 35ª, de 25 de agosto; 36ª, de 29 de setembro; 37ª, de 20 de outubro; e 38ª, de 27 de outubro. Todos informam falta de quórum e nenhum parlamentar presente. As reuniões 23ª e 25ª tinham prevista audiência sobre Economia e Regulação dos Transportes; os demais documentos indicam reunião sem pauta.

O total de 17 corresponde apenas às reuniões numeradas de 22 a 38 do exercício de 2026. A agenda registra, separadamente, cancelamento de reunião não numerada em 22 de setembro, fora desse denominador. A ata de 28 de julho registra realização e distribuição para impugnação, sem comunicação de aprovação preenchida. O levantamento não permite concluir ausência de trabalho técnico, visita, atividade de outro colegiado, justificativa individual ou relatório não localizado; tais documentos são solicitados neste requerimento.

Bilhetagem, destinação da frota e fiscalização do novo contrato

Notícias institucionais da Câmara Municipal de Belo Horizonte de 2025 e 2026.

Empresa explica como fará apuração das receitas de bilhetagem das concessionárias. Notícia de 17 de junho de 2025 sobre audiência com a Houer. O objeto apresentado era a verificação de receitas; a apuração de custos exige identificação própria de documentos, responsáveis e escopo.

Vereadores mantêm veto à devolução de ônibus comprados com recursos públicos. Notícia de 6 de maio de 2025. Registra a manutenção do veto integral ao PL nº 771/2023 por 27 votos a 12. A situação é posterior à revista, que ainda o tratava como proposta em tramitação. O resultado não demonstra, por si só, inexistência de outros instrumentos sobre a destinação ou a reversibilidade de bens.

Elaboração de novo contrato do transporte público é alvo de questionamentos, de 22 de outubro de 2026; e Comissão questiona aplicação de recursos do subsídio ao transporte coletivo, de 23 de outubro de 2026. Registram pedidos de informação sobre estruturação contratual, custos, fiscalização e recursos públicos. A existência de requerimento aprovado não comprova envio, recebimento de resposta ou vencimento do respectivo prazo.

Resultados anunciados pelo Executivo e programas de transporte

Publicações da Prefeitura e da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Ônibus novos, fiscalização permanente e mais investimentos reforçam qualidade do transporte. Prefeitura, 4 de agosto de 2026. Informa incorporações de veículos, indicadores de frota, autuações, descontos na remuneração e dificuldades de qualidade em regiões da cidade. Anuncia homologação das licitações para 100 ônibus elétricos e 27 carregadores, com previsão de primeiras entregas em 2026. O requerimento pede documentos atuais e distingue anúncio, contratação, entrega e operação.

Recursos da Câmara Municipal vão custear Catraca Livre aos domingos e feriados e Madrugão. Câmara Municipal de Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2025. Registra anúncio de novas iniciativas e de recursos para seu custeio. O requerimento solicita atos, comprovantes, dados de execução e fiscalização, sem equiparar o anúncio de financiamento a pagamento ou resultado já demonstrado.

Anexo II Reportagens públicas sobre as mensagens

As oito reportagens abaixo, publicadas em 5 de novembro de 2026 e consultadas em 6 de novembro de 2026, identificam o conteúdo público que fundamenta os pedidos relacionados às mensagens. A apresentação segue a ordem de publicação e reúne referências, sínteses e manifestações dos envolvidos.

As referências a apoio, compromisso ou intervenção reproduzem fatos e declarações noticiados, cujo alcance é objeto dos quesitos. As matérias de repercussão são identificadas como tais. Os títulos permitem localizar as publicações; na versão eletrônica, cada título contém o endereço público da reportagem.

J01 Metrópoles

Ex-braço-direito de Zema agradeceu a Vorcaro por apoio na eleição de 2024

Autoria: Thiago Herdy. Publicação: 5 de novembro de 2026, às 2h. Consulta: 6 de novembro de 2026.

Síntese. Reportagem inaugural sobre agradecimentos de Aro pelo apoio de Vorcaro ao projeto eleitoral de 2024 e novos agradecimentos em janeiro de 2025. Articulação de 15 candidaturas aliadas, incluindo Marli Aro Ferreira. Tentativas de reunião em 27/9 e 30/9/2024; mensagem de embarque em 1/10; agradecimento em 7/10/2024. Publica mensagens e imagens das conversas; informa novos agradecimentos em janeiro de 2025.

Manifestações publicadas. Aro negou contribuição financeira de Vorcaro às candidaturas apoiadas e encontro na data. Atribuiu o agradecimento a jantar com empresários e a mensagem padronizada enviada aos participantes; relatou solicitações gerais de apoio financeiro, político e eleitoral.

Alcance da publicação. Não demonstra realização do encontro de 1º de outubro de 2024 nem modalidade ou valor de apoio.

J02 Regionalzão

Marcelo Aro agradeceu a Vorcaro por apoio nas eleições de 2024

Autoria: Adelino Júnior. Publicação: 5 de novembro de 2026, às 8h48. Consulta: 6 de novembro de 2026.

Síntese. Repercute Metrópoles e reúne agradecimentos eleitorais, tentativas de encontro e negativas apresentadas por Aro. Descreve contatos de setembro e outubro de 2024 para possível encontro em São Paulo. Ressalva que as mensagens divulgadas não comprovam a realização do encontro.

Manifestações publicadas. Segundo o texto, Aro negou o encontro perguntado pelo Metrópoles e contribuição financeira de Vorcaro às candidaturas apoiadas. Reconheceu jantar com empresários e atribuiu o agradecimento à presença do banqueiro.

Alcance da publicação. É repercussão da apuração do Metrópoles. Não identifica os 15 vereadores nem documenta transferência financeira, contrapartida ou irregularidade.

J03 O TEMPO

Aro agradece 'ajuda' de Vorcaro em eleições na Câmara de BH: "Não teria conseguido sem o seu apoio"

Autoria: Érika Giovannini e Leticya Bernadete. Publicação: 5 de novembro de 2026, às 10h24. Consulta: 6 de novembro de 2026.

Síntese. Noticia os agradecimentos de outubro de 2024 e janeiro de 2025, a menção a 15 vereadores e a eleição de Juliano Lopes para a Presidência. Situa a aproximação em dezembro de 2023 e identifica a pessoa referida como Argeo como Argeu Géo Filho. Relata tentativa de ouvir Juliano, sem resposta até o fechamento informado.

Manifestações publicadas. Aro explicou o agradecimento como texto padrão enviado a participantes de um jantar. A reportagem informa que ele não detalhou qual auxílio atribuiu a Vorcaro.

Alcance da publicação. Não especifica o dia do primeiro contato em dezembro, não identifica nominalmente os 15 vereadores nem demonstra autorização institucional para compromissos.

J04 O TEMPO

Marcelo Aro teria se colocado ‘à disposição’ para ajudar Vorcaro em início de crise do Banco Master

Autoria: Leticya Bernadete e Érika Giovannini. Publicação: 5 de novembro de 2026, às 10h36. Consulta: 6 de novembro de 2026.

Síntese. Aborda a oferta de auxílio em abril de 2025 e contatos posteriores relativos a demanda na Fazenda de Minas Gerais. Registra a explicação de Aro sobre guia de imposto necessária à partilha de bens e sua consulta ao secretário de Fazenda.

Manifestações publicadas. O governo identificou a demanda como ITCD, afirmou tramitação regular pelas áreas técnicas e informou conclusão em abril de 2026, com recolhimento do imposto.

Alcance da publicação. As explicações sobre objeto e andamento provêm das manifestações públicas reproduzidas. A reportagem não demonstra irregularidade administrativa nem participação da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

J05 Rede 98

Marcelo Aro agradeceu Vorcaro por apoio nas eleições de 2024

Autoria: Arthur Madeira. Publicação: 5 de novembro de 2026, às 12h27. Consulta: 6 de novembro de 2026.

Síntese. Repercute agradecimentos atribuídos a Aro depois das eleições municipais e da escolha de Juliano para presidir a Câmara Municipal de Belo Horizonte. Menciona o grupo de quinze vereadores e tentativas de encontro antes do pleito. Identifica Metrópoles como divulgador do material e publica nota recebida de Aro.

Manifestações publicadas. Aro afirmou que Vorcaro compareceu a jantar com empresários e lideranças; disse ter solicitado apoios diversos e encaminhado agradecimento padronizado aos participantes. A nota não especifica qual auxílio teria vindo de Vorcaro.

Alcance da publicação. Não identifica nominalmente os 15 vereadores nem comprova pagamentos ou compromisso institucional. Repercute a apuração divulgada pelo Metrópoles.

J06 iG / Último Segundo

Ex-secretário do Governo de Minas ofereceu ajuda a Daniel Vorcaro

Autoria: Júlia Vidotti. Publicação: 5 de novembro de 2026, às 14h41. Consulta: 6 de novembro de 2026.

Síntese. Repercute O TEMPO sobre disponibilidade manifestada em abril de 2025 e contatos posteriores envolvendo demanda na Fazenda. Publica explicação de Aro sobre pedido de guia tributária relacionado à partilha. Atribui ao governo identificação do protocolo como ITCD e conclusão em abril de 2026, com recolhimento do imposto.

Manifestações publicadas. Aro afirmou ter consultado o secretário da Fazenda sobre a demora e desconhecer o andamento final. O Executivo sustentou processamento regular pelas áreas técnicas.

Alcance da publicação. O objeto administrativo decorre das respostas públicas, sem acesso aos autos tributários. O texto não demonstra irregularidade na tramitação nem participação da Câmara Municipal de Belo Horizonte. A ligação de novembro não tem conteúdo divulgado.

J07 Itatiaia

Mensagens revelam proximidade entre Vorcaro e Marcelo Aro, que agradeceu apoio nas eleições de 2024 e se colocou à disposição do ex-banqueiro

Autoria: Itatiaia (assinatura institucional). Publicação: 5 de novembro de 2026, às 16h23. Consulta: 6 de novembro de 2026.

Síntese. Situa o início da sequência noticiada em 4 de dezembro de 2023, descreve pedido de reunião e agradecimento em 6 de dezembro, e reproduz mensagem de 2 de janeiro de 2025 que inclui a Câmara Municipal de Belo Horizonte na disponibilidade oferecida por Aro. Informa tentativa de ouvir Juliano Lopes, sem retorno até o fechamento da reportagem.

Manifestações publicadas. Aro relacionou o agradecimento a jantar de 2024 e a texto padronizado enviado aos participantes, após pedidos de diferentes modalidades de apoio. A nota não individualiza a contribuição de Vorcaro. A ausência de resposta de Juliano é limitada ao fechamento informado.

Alcance da publicação. A cronologia publicada não comprova inexistência de contatos anteriores nem revela o assunto de eventual reunião em dezembro. Também não demonstra autorização ou compromisso da Câmara Municipal de Belo Horizonte.

J08 Metrópoles

Secretário de Zema ajudou Vorcaro a destravar burocracia do divórcio

Autoria: Thiago Herdy. Publicação: 5 de novembro de 2026, às 18h30. Consulta: 6 de novembro de 2026.

Síntese. A reportagem identifica a demanda à Fazenda de Minas Gerais como emissão de guia tributária para concluir partilha de bens no divórcio de Vorcaro. Protocolo enviado em 27/10/2025; três chamadas em 30/10; cobrança em 16/11 e chamada em 17/11. Aro e Luiz Cláudio Gomes confirmaram contato sobre o procedimento.

Manifestações publicadas. Aro disse ter acionado o secretário de Fazenda após pedido de Vorcaro. Gomes atribuiu a demora ao número de bens e negou alteração do fluxo ou da fila. A Secretaria de Fazenda informou conclusão em abril de 2026, com pagamento dos impostos.

Alcance da publicação. Não demonstra quebra da ordem de tramitação nem participação da Câmara Municipal de Belo Horizonte. O conteúdo das chamadas não é apresentado.

GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:01466629622

Assinado de forma digital por GABRIEL SOUSA MARQUES DE AZEVEDO:01466629622
Dados: 2026.11.06 10:20:27 -03'00'